

Perfil Corporativo

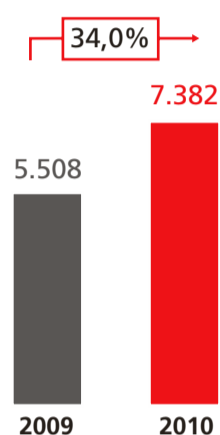
O Santander é o terceiro maior banco privado do Brasil, com participação de 11% no crédito total do sistema bancário brasileiro, conforme dados do Banco Central de Dezembro de 2010. Possui operações em todo o território, estrategicamente concentradas no Sul e no Sudeste, regiões que respondem por aproximadamente 73% do Produto Interno Bruto (PIB).

É controlado pelo Grupo Santander, maior conglomerado financeiro internacional com escala significativa no País, e atualmente representa 25% do resultado global da Instituição. Para o Grupo Santander, o Brasil é um dos mercados mais atraentes do mundo dado seu alto potencial de crescimento e baixa penetração de produtos e serviços bancários.

Destaques do Período (IFRS)

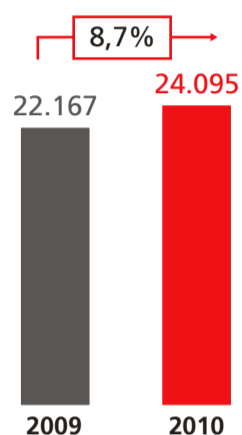
Lucro Líquido

R\$ milhões



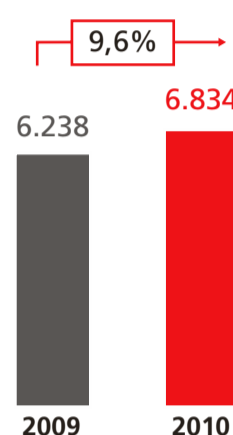
Margem Líquida com Juros

R\$ milhões

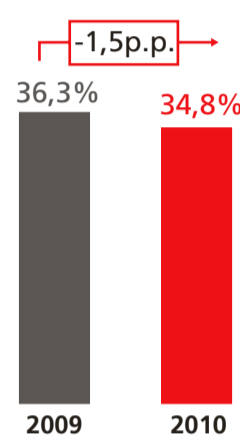


Comissões Líquidas

R\$ milhões



Índice de Eficiência



Performance - IFRS

Informações Financeiras Adicionais Não Auditadas
31 de Dezembro de 2010 e de 2009

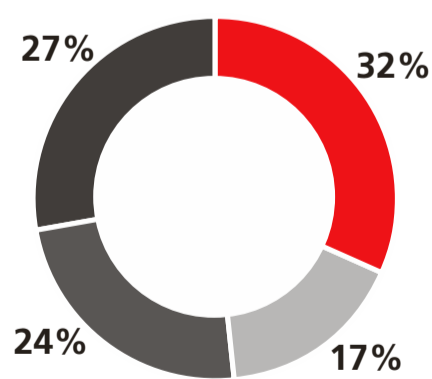
	2010	2009	Var. 2010x2009
RESULTADOS (R\$ milhões)			
Margem de juros líquida	24.095	22.167	8,7%
Comissões Líquidas	6.834	6.238	9,6%
Despesas de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-8.233	-9.983	-17,5%
Despesas Administrativas e de Pessoal	-11.230	-10.947	2,6%
Lucro líquido	7.382	5.508	34,0%
BALANÇO PATRIMONIAL (R\$ milhões)			
Ativo total	374.663	315.972	18,6%
Títulos e valores mobiliários	89.823	80.616	11,4%
Carteira de crédito ¹	160.558	138.394	16,0%
Pessoa física	50.981	43.200	18,0%
Financiamento ao consumo	26.969	25.101	7,4%
Pequenas e médias empresas	38.306	31.448	21,8%
Grandes empresas	44.302	38.645	14,6%
Carteira de crédito ampliada ²	168.232	141.624	18,8%
Captações de clientes ³	153.243	141.090	8,6%
Patrimônio líquido final	73.364	69.266	5,9%
Patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁴	43.563	28.496	52,9%

	2010	2009	Var. 2010x2009
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)			
Retorno sobre o patrimônio líquido médio - anualizado	10,3%	9,8%	0,5 p.p.
Retorno sobre o patrimônio líquido médio excluindo ágio ⁴ - anualizado	16,9%	19,3%	-2,4 p.p.
Retorno sobre o ativo total médio - anualizado	2,2%	1,8%	0,4 p.p.
Índice de Eficiência ⁵	34,8%	36,3%	-1,5 p.p.
Índice de Recorrência ⁶	60,9%	57,0%	3,9 p.p.
Índice de Basileia excluindo ágio ⁴	22,1%	25,6%	-3,5 p.p.
INDICADORES DE QUALIDADE DA CARTEIRA (%)			
Índice de Inadimplência ⁷ - IFRS	5,8%	7,2%	-1,4 p.p.
Índice de Inadimplência ⁸ (acima de 90 dias) - BRGAAP	3,9%	5,9%	-2,0 p.p.
Índice de Inadimplência ⁹ (acima de 60 dias) - BRGAAP	4,7%	6,8%	-2,1 p.p.
Índice de Cobertura ¹⁰	98,3%	101,7%	-3,4 p.p.

1. Informações gerenciais.
2. Inclui outras operações com risco de crédito (debêntures, FDIC, CRI e notas promissórias de colocação no exterior).
3. Inclui Poupança, Depósitos a vista, Depósitos a prazo, Debenture, LCA e LCI.
4. Ágio apurado na aquisição do Banco Real e da Real Seguros Vida e Previdência.
5. Eficiência: Despesas Gerais/Total de Receitas.
6. Comissões Líquidas / Despesas Gerais.
7. Operações vencidas há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência / carteira de crédito.
8. Operações vencidas há mais de 90 dias / carteira de crédito em BR GAAP.
9. Operações vencidas há mais de 60 dias / carteira de crédito em BR GAAP.
10. Provisões de Crédito de Liquidação Duvidosa / operações vencidas há mais de 90 dias mais créditos normais com alto risco de inadimplência.

Carteira de crédito (%) 2010

Distribuição por Segmento



- Pessoa Física
- Financiamento ao consumo
- Pequenas e Médias empresas
- Grandes Empresas

NOSSO MODELO



Desenvolvimento Sustentável

Procedimentos, produtos, políticas e a forma de relacionar-se do Banco Santander estão alinhados com conceitos de sustentabilidade. O banco acredita que seu compromisso com a sustentabilidade e a transparência lhe ajudará a criar negócios que manterão o crescimento de suas operações a longo prazo. Por meio do programa Caminhos e Desafios, o Santander busca engajar clientes nas questões de sustentabilidade, ao compartilhar suas práticas e aprendizado. O objetivo é auxiliar as organizações a encurtarem sua jornada na inserção da sustentabilidade, o que pode proporcionar redução de custos e melhora nas performances operacionais.

Para mais informações sobre as iniciativas de desenvolvimento sustentável do Banco Santander acesse: <http://www.santander.com.br/sustentabilidade>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander) relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep). Estas demonstrações consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br.

• Desempenho

1. Resultados

O Banco Santander encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 com lucro líquido consolidado de R\$3.863 milhões, comparado com R\$1.806 milhões no exercício de 2009, incluindo a despesa de amortização de ágio de R\$3.241 milhões e R\$2.877 milhões, nos respectivos exercícios. O incremento no lucro líquido demonstra uma evolução favorável dos negócios comerciais e o esforço no controle de gastos.

O resultado com operações de crédito e operações de arrendamento mercantil apresentou crescimento de 14,9% em 2010 na comparação com 2009.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício findo em 31 de dezembro 2010 é de R\$8.257 milhões. Na comparação interanual, a despesa de provisão diminuiu 16,7%. A redução da provisão é decorrente, principalmente, da recuperação econômica do mercado brasileiro e da evolução dos processos de crédito e cobrança. As provisões para créditos de liquidação duvidosa representam 5,3% da carteira de crédito em dezembro de 2010, comparado a 6,7% em dezembro de 2009.

As despesas administrativas cresceram 0,9% em 2010 na comparação com 2009, sendo que as despesas de pessoal cresceram 3,3% e as outras despesas administrativas excluindo os efeitos da amortização do ágio reduziram 6,0%, ambos na comparação interanual.

2. Ativos e Passivos

Os ativos totais consolidados atingiram R\$387.212 milhões em 31 de dezembro de 2010, comparados a R\$342.324 milhões em 31 de dezembro de 2009.

Em dezembro de 2010, os ativos totais estão representados, principalmente, pela carteira de crédito no montante de R\$165.379 milhões, por títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, substancialmente títulos públicos federais, R\$89.897 milhões e aplicações interfinanceiras de liquidez R\$21.058 milhões, e em dezembro de 2009, correspondiam a R\$142.019 milhões, R\$79.691 milhões e R\$30.174 milhões, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2010, o Banco Santander possui o montante de R\$1.829 milhões de títulos classificados como "mantidos até o vencimento" e tem capacidade financeira e intenção de mantê-los até o vencimento.

Carteira de Crédito

Em milhões de reais	Santander Consolidado		Var. %
	Dez-10	Dez-09	Dez-09
Pessoa Jurídica	84.199	73.125	15,1%
Pessoa Física	76.294	63.805	19,6%
Crédito Consignado	9.600	7.956	20,7%
Cartão de Crédito	10.760	8.472	27,0%
Crédito Imobiliário	6.696	5.226	28,2%
Financiamento e Leasing de Veículo	26.149	23.956	9,2%
Crédito Pessoal	23.087	18.195	26,9%
Crédito Rural	4.886	5.089	-4,0%
Total	165.379	142.019	16,4%

A carteira de crédito atingiu R\$165.379 milhões em 31 de dezembro de 2010, apresentando um crescimento de 16,4% em comparação com 31 de dezembro de 2009.

Na evolução do exercício de 2010, destaque para operações de crédito imobiliário, cartão de crédito, crédito pessoal e crédito consignado com crescimento de 28,2%, 27,0%, 26,9%, e 20,7%, respectivamente.

Depósitos

Em milhões de reais	Santander Consolidado		Var. %
	Dez-10	Dez-09	Dez-09
Depósitos à Vista	15.827	14.787	7,0%
Depósitos de Poupança	30.303	25.217	20,2%
Depósitos Interfinanceiros	2.002	764	162,0%
Depósitos a Prazo	68.914	72.154	-4,5%
Outros Depósitos	433	551	-21,4%
Total	117.479	113.473	3,5%

A captação de depósitos alcançou R\$117.479 milhões em 31 de dezembro de 2010, uma evolução de 3,5%, comparado com dezembro de 2009.

Destaque para o crescimento interanual de 20,2% dos depósitos de poupança, parcialmente compensados pela redução de 4,5% dos depósitos a prazo, principalmente clientes institucionais.

3. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido do Banco Santander consolidado totalizou R\$64.851 milhões em 31 de dezembro de 2010, comparado a R\$64.493 milhões em dezembro de 2009.

A evolução do patrimônio líquido é decorrente ao resultado do exercício e ao ajuste de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$208 milhões, compensado parcialmente pela proposta de juros sobre o capital próprio e dividendos de R\$3.540 milhões e pelo ajuste líquido de R\$175 milhões, dos efeitos da Deliberação CVM 600/2009, que trata de benefícios a empregados e visa reduzir as assimetrias com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

	2010			
	Reais por Milhares de Ações/Units			Units
	Em Milhões de Reais	Ordinárias	Preferenciais	
Juros sobre o Capital Próprio	400	0,9577	1,0535	105,3477
Dividendos Intercalares	500	1,1971	1,3168	131,6847
Juros sobre o Capital Próprio	400	0,9577	1,0535	105,3477
Juros sobre o Capital Próprio	530	1,2690	1,3959	139,5858
Juros sobre o Capital Próprio	430	1,0295	1,1325	113,2488
Dividendos Intercalares	1.280	3,0647	3,3711	337,1128
Total Acumulado em 31 de Dezembro de 2010	3.540			

A mensuração do capital regulatório é efetuada de acordo com o Método Padronizado de Basileia II e considera: (a) Risco de Crédito - parcela de exigência de capital para a exposição de ativos e compromissos de crédito, ambos ponderados por fator de risco, considerando a mitigação de risco pela utilização de garantias; (b) Risco de Mercado - parcelas de exigência de capital para as exposições sujeitas à variação de taxas dos cupons de moedas estrangeiras, de índices de preços e de taxa de juros; do preço de commodities e de ações classificadas na carteira de negociação; e de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação; e (c) Risco Operacional - exigência de parcela específica de capital. O índice de Basileia II, que é apurado de forma consolidada, atingiu 22,1% desconsiderando o ágio no patrimônio líquido de referência, conforme determinado pela reg internacional. O Banco Santander, de acordo com a Circular 3477/2009, publicará informações referentes à gestão de riscos e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento da estrutura e metodologias será divulgado, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br.

• Eventos Recentes

Acordo para incorporação de sócio estratégico no Brasil e América Latina

Em 28 de outubro de 2010, nos termos do Contrato de Aquisição de Títulos Permutáveis, celebrado entre o Banco Santander Espanha e a Qatar Holding Luxembourg II S.à.r.l (QHL) foi subscrito e integralizado pela QHL o montante de US\$2.718,8 milhões em títulos emitidos pelo Banco Santander Espanha. Referidos títulos são obrigatoriamente permutáveis em ações do Banco Santander e equivalem a 5,00024% de seu capital social. São remunerados a juros de 6,75% ao ano em dólares e possuem vencimento em 29 de outubro de 2013. Este investimento reflete a incorporação de QHL como um sócio estratégico do Grupo Santander Espanha no Brasil e no restante da América Latina. Esta operação permitirá ao Banco Santander avançar em seu compromisso de atingir "free float" de 25% do seu capital social antes do fim do ano de 2014. Até a presente data, exceto pelos títulos permutáveis, QHL não possui, direta ou indiretamente, quaisquer ações, bônus de subscrição, direitos de subscrição ou opções em relação ao capital social do Banco Santander.

Programa de Recomp. de Units de Emissão do Banco Santander

Em 9 de novembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recomp. de Units de emissão do Banco Santander (Programa de Recomp.), para manutenção em tesouraria e posterior alienação. O Programa de Recomp. abrangerá a aquisição de até 1.452.282 Units, representativas de 79.875.510 ações ordinárias e 72.614.100 ações preferenciais, correspondente, em 30 de setembro de 2010, a aproximadamente 0,21% do total de ações em circulação, conforme definido na Instrução CVM 10. A recomp. tem por único objetivo viabilizar o gerenciamento de risco decorrente da prestação, pelo Banco Santander, dos serviços de formador de mercado ("market maker") de certos fundos de índice, sempre que as Units estiverem incluídas na carteira teórica do índice de referência de tais fundos. As Units recompensadas serão utilizadas pelo Banco Santander exclusivamente para proteção "hedge" contra a oscilação de preços dos valores mobiliários que compõem o índice de referência, e deverão ser compradas e vendidas em consonância com a política de gerenciamento de riscos do Banco Santander. As Units deverão ser adquiridas em bolsa de valores, a preço de mercado, através da Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM).

Presidência do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva do Banco Santander

No dia 28 de janeiro de 2011, o Banco Santander realizou uma assembleia geral de acionistas, a fim de condecorar o Sr. Fabio Colletti Barbosa ao cargo de Presidente do Conselho de Administração e o Sr. Marcial Angel Portela Alvarez ao cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, ambos com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no exercício de 2011.

Em razão das melhores práticas de governança corporativa, o Sr. Fabio Colletti Barbosa permanecerá em seu atual cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração, até a posse do Sr. Marcial Angel Portela Alvarez ao cargo de Diretor Presidente do Banco Santander, mediante assinatura do respectivo termo de posse no Livro de Atas de Reunião da Diretoria Executiva, cuja eleição foi deliberada em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 02 de fevereiro de 2011. Tais alterações estão sujeitas às aprovações regulatórias e legais pertinentes.

• Conjuntura Econômica

Os indicadores econômicos seguem mostrando uma economia aquecida, particularmente sob a ótica da demanda, em função do expressivo crescimento da renda, do emprego e da disponibilidade de crédito. No terceiro trimestre de 2010, o PIB cresceu 6,7%, comparado com o mesmo período de 2009, com destaque para o setor de serviços do lado da oferta, e de consumo e investimentos do lado da demanda.

A inflação se elevou ao longo do último trimestre em função, predominantemente, da aceleração dos preços de alimentos. Nos 12 meses findos em dezembro, o IPCA, principal indicador de preços ao consumidor, acusava variação de 5,9%, acima da meta de 4,5% estabelecida pela autoridade monetária. No mesmo período, os preços agrícolas no atacado aumentaram 25%, significativamente acima do ritmo de elevação dos industriais. 10%, reflexo da dinâmica apresentada pelas commodities no mercado internacional. Em resposta à aceleração dos preços, o Bacen anunciou, no início de dezembro, aumento das taxas de recolhimento de depósitos compulsórios e na primeira reunião do Copom de 2011, elevou a taxa básica de juros para 11,25% ao ano.

Em 2010, o desempenho da balança comercial mostrou-se favorável, encerrando o ano com saldo positivo de USD 19,5 bilhões. As exportações e importações cresceram, respectivamente, 32% e 43%, em relação a 2009. Embora as importações tenham mostrado crescimento mais expressivo, o que sustentou o elevado superávit comercial foi à elevação dos preços médios das exportações, fortemente influenciados pela alta das commodities.

O déficit em transações correntes, que atingiu 2,5% do PIB ante 1,5% no ano anterior, foi confortavelmente financiado pela entrada de capitais, suficientes para manter a taxa de câmbio praticamente estável em relação ao ano anterior, em R\$1.69USD ao final de dezembro de 2010.

O volume de crédito total do Sistema Financeiro Nacional manteve firme crescimento em 2010, registrando alta de 20,5%, ainda sustentado por empréstimos direcionados, particularmente oriundos do BNDES. Nos 12 meses findos em dezembro, a parcela de direcionados aumentou 27,5%, enquanto o estoque de crédito com recursos livres cresceu 17%, com destaque para as modalidades associadas às pessoas físicas, que se expandiram em 18,8%, superando o aumento do empréstimo às pessoas jurídicas, de 15,4% no mesmo período. Com isso, a relação crédito/PIB atingiu a máxima histórica de 46,6%.

O crescimento do endividamento das famílias não tem alterado de forma importante o comprometimento de renda mensal com pagamento de amortizações e juros em função da concomitante elevação dos rendimentos, do alargamento dos prazos e da queda das taxas de juros cobradas do tomador final, com isso, a inadimplência se mantém em queda. Ao final de dezembro, a inadimplência para pessoas jurídicas atingiu 3,6% e para pessoas físicas se situou no patamar mais baixo em 8 anos, em 5,7%.

De maneira geral, a solidez da demanda interna e do sistema financeiro continuam sendo fundamentais para sustentar o crescimento brasileiro, a despeito das incertezas que cercam a recuperação econômica global. A manutenção de bons fundamentos macroeconômicos do país terá papel relevante para garantir a sustentabilidade deste ciclo de crescimento da economia.

• Estratégia

O Banco Santander aspira ser o maior banco múltiplo no Brasil em geração de valor para os acionistas, além de ser o melhor banco em satisfação de clientes e funcionários e em reconhecimento e atratividade de sua marca.

Com escala significativa para crescer no País, o Banco Santander também quer ser reconhecido pelo relacionamento com seus diversos públicos de interesse, tanto no varejo como no atacado. Para isso, incentiva negócios sustentáveis por meio de um portfólio completo com produtos que atendem às necessidades dos diferentes perfis de clientes.

Apesar de colocar a sustentabilidade no centro do seu modelo de negócios, o Banco Santander investe em um relacionamento mais sólido, próximo e de longo prazo junto ao seu público estratégico, mostrando-se preparado para entrar em novos mercados, responder a novas demandas, além de acompanhar as mudanças do mundo contemporâneo.

A disciplina de capital, o controle e gestão de riscos, a diversificação geográfica, a tecnologia de vanguarda que se traduz em maior eficiência e o foco em varejo são alguns dos pilares que sustentam a estratégia do Banco Santander e marcam o diferencial do seu Modelo de Negócios.

No ano de 2010, o Banco Santander iniciou o processo de expansão de suas agências, com a abertura de 110 novas agências, a meta é chegar em 2013 com 600 novos pontos de atendimento aos clientes, fortalecendo assim o Conglomerado e permitindo um crescimento mais rápido e sólido. Nesse sentido, o Banco Santander acredita que pode alcançar essas metas por meio das seguintes estratégias:

- Expansão da oferta de produtos e canais de distribuição no Varejo;
- Capitalização da forte posição de mercado do banco no negócio de Atacado;
- Desenvolvimento contínuo de uma plataforma de negócios transparente e sustentável;
- Contínuo crescimento dos negócios de seguros do banco.

O acompanhamento de tais estratégias, é realizado pelo Grupo de Planejamento Santander (GPS), que foi criado em 2009. O GPS é uma rede colaborativa formada por 50 gestores, que representam todas as áreas da instituição, dando uma visão transversal, multidisciplinar e intermediária entre a alta gestão e as áreas operacionais da empresa. De caráter não deliberativo, esse fórum estuda cenários e alinha os planos de negócios das áreas comerciais.

Em 2010, a instituição concluiu seu mapa estratégico, estabelecendo metas e indicadores que vão levar o banco a alcançar suas aspirações.

Em 17 de janeiro de 2011, o Banco Santander comunicou ao mercado que irá lançar, em parceria com a Cosan Combustíveis e Lubrificantes, subsidiária da Cosan S.A. Indústria e Comércio e detentora do uso das marcas Esso e Mobil no Brasil, no primeiro trimestre de 2011, o cartão de crédito Esso Santander, com o objetivo de avançar seus negócios de cartão de crédito por meio de parcerias.

• Integração

Desde o início do processo de integração, importantes etapas foram concluídas, novos produtos, serviços e funcionalidades foram adicionados no dia-a-dia de nossos clientes, buscando extrair sempre o melhor de cada Banco.

Em 2010, todos os "gaps" derivados da unificação das plataformas de sistemas dos dois bancos foram desenvolvidos e implantados, e os projetos apresentam significativo grau de avanço. Foram realizados os testes prévios nos sistemas, relativos à migração de dados de clientes e operações, bem como, os testes na nova plataforma tecnológica.

Em outubro, foram migrados para a plataforma do Banco Santander, cerca de 100 mil clientes de 6 agências localizadas nas regiões de Limeira e Piracicaba, antecipando com uma parcela significativa de correntistas; o movimento que será realizado no primeiro semestre de 2011.

Desde novembro, as Agências, ATMs, Internet Banking e demais canais de relacionamento tiveram a marca unificada, passando a atender como Santander. Nesta etapa, não houve alterações nos produtos, serviços e números de agência e conta, para facilitar o dia-a-dia dos clientes. Tais alterações ocorrerão a partir da migração tecnológica, que acontecerá no primeiro semestre de 2011. Ressaltamos que a principal premissa do processo de integração é melhorar continuamente o padrão de atendimento e o nível de serviço prestado aos clientes.

• Principais Controladoras

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) atingiu em 31 de dezembro de 2010, R\$54.202 milhões em ativos totais, R\$9.742 milhões de carteira em operações de arrendamento mercantil e outros créditos, e R\$12.658 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido do exercício de 2010 foi de R\$994 milhões.

A Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré C.F.I.) atingiu em 31 de dezembro de 2010, R\$28.538 milhões em ativos totais, R\$16.444 milhões de carteira em operações de crédito e outros créditos, e R\$957 milhões de patrimônio líquido. O lucro líquido do exercício foi de R\$341 milhões.

A Santander Seguros S.A. (Santander Seguros), atingiu, em 31 de dezembro de 2010, R\$23.035 milhões de ativos totais, patrimônio líquido de R\$2.399 milhões e Provisão Técnica para Operações de Seguros e Previdência Privada de R\$19.974 milhões. O lucro líquido do exercício foi de R\$384 milhões.

A Santander CCVM atingiu, em 31 de dezembro de 2010, R\$815 milhões de ativos totais e patrimônio líquido de R\$340 milhões. O lucro líquido de 2010 foi de R\$58 milhões.

A Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) apresentou, em 31 de dezembro de 2010, ativos totais no valor de R\$297 milhões. O patrimônio líquido atingiu em R\$213 milhões e o lucro líquido em 2010 foi de R\$85 milhões. O valor do patrimônio líquido dos fundos de investimento sob gestão atingiu R\$108.272 milhões.

• Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de *rating* e as notas atribuídas refletem seu desempenho operacional e a qualidade de sua administração. A tabela abaixo apresenta as classificações de risco atribuídas ao Banco Santander pelas três principais agências de *rating* mundiais:

Banco Santander	Suporte 2	Rating	Outlook	Curto Prazo	Rating	Outlook
Fitch Ratings	Escala Nacional	AAA (BRA)	Estável	F1+ (BRA)	Estável	
	Moeda Local	BBB+	Positiva	F2	Positiva	
	Moeda Estrangeira	BBB	Positiva	F2	Positiva	
Standard & Poor's	Escala Nacional	brAAA	Estável	brA-1	Estável	
	Moeda Local	BBB-	Estável	A-3	Estável	
	Moeda Estrangeira	BBB-	Estável	A-3	Estável	
Moody's	Escala Nacional	Aa.br	Estável	Br-1	Estável	
	Moeda Local	A2	Estável	P-1	Estável	
	Moeda Estrangeira	Baa3	Estável	P-3	Estável	

• Governança Corporativa

O modelo de governança corporativa adotado pelo Banco Santander caracteriza-se especialmente pela defesa dos direitos dos acionistas, com tratamento equitativo, e transparência. Além destes dois pilares fundamentais para sua gestão, o Banco Santander adota as recomendações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, abrangendo ainda, os princípios de prestação de contas e responsabilidade corporativa.

As práticas de Governança Corporativa do Banco Santander estão em constante aprimoramento, e neste contexto, foram aprovados no quarto trimestre de 2010, o Regimento Interno do Comitê de Nomeação e Remuneração, que dispõe sobre as regras gerais relativas à organização, funcionamento e estruturação das atividades deste Comitê; a atualização da Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação de Valores Mobiliários do Banco Santander e as alterações do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br, visando o aperfeiçoamento da redação e o atendimento às novas exigências e requerimentos normativos.

O Banco Santander, como resultado das boas práticas de Governança Corporativa, foi selecionado em 2010 para integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBovespa). Nele somente são listadas as empresas que se destacam por adotarem as melhores práticas, em termos econômicos e financeiros, socioambientais e de governança corporativa. O Banco Santander também foi selecionado para compor o IBOVESPA e o IBRX.

Em janeiro de 2011 passa a integrar o novo indicador da BM&FBovespa - IGCT - Índice de Governança Corporativa Trade. O índice vai analisar diariamente o desempenho das ações emitidas por companhias que voluntariamente adotam padrões de governança corporativa diferenciados.

Neste contexto de aprimoramento das práticas de Governança Corporativa, foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de setembro de 2010, a Política para Transações com Partes Relacionadas, que dispõe sobre as regras que devem ser observadas no caso de transações com partes relacionadas, visando assegurar a transparência e interesses do Banco Santander nas operações realizadas, e evitar conflitos de interesses.

De acordo com o regulamento do Nível 2 da BM&FBovespa, o Banco Santander está vinculado à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social. Em www.santander.com.br na seção governança corporativa, pode-se encontrar uma completa descrição dos requisitos mínimos para ser listado no nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa.

Nos termos da Instrução CVM 480/2009, em ata de reunião realizada em 02 de fevereiro de 2011, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

• Gestão de Riscos

1. Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander são definidos em sintonia com os padrões corporativos e estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. Os Comitês Executivos de Riscos Brasil tem níveis de aprovação alinhados com as diretrizes globais dos Comitês de Riscos do Banco Santander Espanha, e possuem como principais responsabilidades:

- Integrar e adaptar a cultura de risco do Banco Santander ao âmbito local, a estratégia, a predisposição e o nível de tolerância ao risco, compatibilizados com a missão e objetivos das áreas de negócio.
- Aprovação de riscos de clientes PJ e PF, Cartas Indicativas, Pré-classificações e limites/produtos para riscos da Tesouraria, que excedam as alçadas dos Comitês inferiores do Banco Santander.
- Deliberar em temas gerais relacionados com Risco de Mercado, Limites "Cross-Border", Risco País, operações do Banco de Atacado Global (GBM), Corporate, Empresas e PGC's (Programas de Gestão de Crédito/Varejo).
- Conhecer e decidir sobre assuntos relevantes de risco.
- Conhecer as observações e recomendações formuladas periodicamente pelos Reguladores, assim como as das auditorias interna e independente e pelo Comitê de Auditoria.
- Supervisionar os níveis de risco assumidos, para que as regulamentações sejam cumpridas.
- Validar previamente as propostas que excedam suas alçadas, para apresentação aos Comitês Corporativos de Riscos do Banco Santander.
- Aprovar os marcos de atuação máximos para cada carteira de crédito.

A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócio tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao Presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Banco Santander Espanha.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle relacionados à gestão de riscos está descrito no relatório, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

2. Risco de Crédito

O Banco Santander desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito com o apoio de diversas áreas de negócios, responsáveis por garantir a adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Esses sistemas e processos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A especialização da função de riscos do Banco Santander baseia-se no tipo de cliente, assim como o processo de gestão de riscos é segregado entre clientes individualizados e clientes com características similares.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, do contraparte do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco; são procedimentos aplicados pelo Banco Santander para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normalizações e segurança necessárias. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco Santander é caracterizado por uma diversificação dos clientes e pelo grande volume de operações de varejo. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

3. Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, contante de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do "valor em risco das carteiras, das sensibilidade a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos gaps de liquidez, entre outras. Isso permite o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados em que atua.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Banco Santander e alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo. Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões coletadas, que avaliam todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações; e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, com o *Value at Risk* (VaR) (simulação histórica de 520 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2010	2009		Nota	2010	2009
Ativo Circulante		195.243.147	175.814.921	Passivo Circulante		220.371.078	178.795.915
Disponibilidades	4	4.375.077	5.597.548	Depósitos	18.a	100.474.701	82.415.068
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	31.655.506	39.072.317	Depósitos à Vista		16.107.511	14.968.013
Aplicações no Mercado Aberto		13.229.837	21.334.716	Depósitos de Poupança		30.303.463	25.216.924
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		14.147.122	16.350.173	Depósitos Interfinanceiros		28.203.487	8.277.599
Aplicações em Moedas Estrangeiras		4.278.547	1.387.428	Depósitos a Prazo		25.427.580	33.401.967
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	26.158.635	30.522.711	Outros Depósitos		432.660	550.565
Carteira Própria		13.563.844	22.008.486	Captações no Mercado Aberto	18.b	52.982.982	29.368.895
Vinculados a Compromissos de Recompra		9.642.805	3.103.284	Carteira Própria		42.331.029	14.973.688
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.808.719	2.479.049	Carteira de Terceiros		4.064.067	9.633.621
Vinculados ao Banco Central		777.707	2.512.805	Carteira de Livre Movimentação		6.587.886	4.761.586
Vinculados à Prestação de Garantias		365.560	419.087	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c	8.612.856	8.243.008
Relações Interfinanceiras	7	38.998.435	8.648.010	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		8.387.450	7.014.825
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		8.395	15.529	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		225.406	1.228.183
Créditos Vinculados:				Relações Interfinanceiras	7	9.253	41.105
Depósitos no Banco Central		38.966.991	8.538.602	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		2.180	1.755
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		2.059	5.942	Correspondentes		7.073	39.350
Repasse Interfinanceiros		-	66.464	Relações Interdependências		2.373.409	1.915.633
Correspondentes		20.990	21.473	Recursos em Trânsito de Terceiros		2.292.924	1.863.326
Relações Interdependências		1.751	2.135	Transferências Internas de Recursos		80.485	52.307
Recursos em Trânsito de Terceiros		1.751	2.135	Obrigações por Empréstimos	18.e	11.327.455	8.044.839
Operações de Crédito	8	56.639.642	46.708.229	Empréstimos no País - Outras Instituições		290.665	240.113
Setor Público		73.472	70.578	Empréstimos no Exterior		11.036.790	7.804.726
Setor Privado		57.880.579	47.982.332	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	3.030.168	2.481.235
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(1.314.409)	(1.344.681)	Tesouro Nacional		80.638	27.252
Operações de Arrendamento Mercantil	8	159.530	199.250	BNDES		928.818	705.108
Setor Privado		175.067	210.881	CEF		10.335	1.879
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(15.537)	(11.631)	FINAME		1.915.308	1.566.640
Outros Créditos		36.905.962	44.699.780	Outras Instituições		95.069	180.356
Créditos por Avals e Fianças Honradas		1.264	2.030	Obrigações por Repasses do Exterior	18.e	259.104	722.887
Carteira de Câmbio	9	20.055.172	30.292.620	Repasse do Exterior		259.104	722.887
Rendas a Receber		832.179	501.342	Instrumentos Financeiros Derivativos	6	1.228.835	1.724.817
Negociação e Intermediação de Valores	10	645.952	104.047	Instrumentos Financeiros Derivativos		1.228.835	1.724.817
Créditos Tributários	11	4.925.931	5.084.675	Outras Obrigações		40.072.315	43.838.428
Diversos	12	10.558.752	8.823.559	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		120.822	99.548
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(113.288)	(108.493)	Carteira de Câmbio	9	18.138.328	28.749.034
Outros Valores e Bens		348.609	364.941	Sociais e Estatutárias		2.457.072	1.707.394
Outros Valores e Bens	13	108.495	216.916	Fiscais e Previdenciárias	19	6.100.124	1.877.219
(Provisões para Desvalorizações)	13	(98.811)	(122.614)	Negociação e Intermediação de Valores	10	247.484	119.602
Despesas Antecipadas		338.925	270.639	Dívidas Subordinadas	20	-	2.104
Ativo Realizável a Longo Prazo		155.227.016	130.097.923	Diversas	21	13.008.485	11.283.527
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	9.703.277	6.710.196	Passivo Exigível a Longo Prazo		110.945.646	108.834.866
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		9.373.447	6.365.510	Depósitos	18.a	52.044.649	64.509.271
Aplicações em Moedas Estrangeiras		330.030	344.886	Depósitos Interfinanceiros		8.634.770	25.824.884
(Provisões para Perdas)	(200)	(200)	(200)	Depósitos a Prazo		43.409.879	38.684.387
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	6	70.025.053	56.900.061	Captações no Mercado Aberto	18.b	15.131.866	5.552.576
Carteira Própria		7.195.826	18.461.801	Carteira Própria		15.131.866	5.552.576
Vinculados a Compromissos de Recompra		48.079.904	17.344.683	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c	9.607.937	1.564.799
Instrumentos Financeiros Derivativos		3.208.409	2.721.838	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		6.770.877	201.820
Vinculados ao Banco Central		6.481.649	15.481.638	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		2.837.060	1.362.979
Moedas de Privatização		1.943	1.550	Obrigações por Empréstimos	18.e	2.201.219	2.879.791
Vinculados à Prestação de Garantias		5.057.322	2.888.551	Empréstimos no País - Outras Instituições		-	259.782
Relações Interfinanceiras	7	185.069	239.918	Empréstimos no Exterior		2.201.219	2.620.009
Créditos Vinculados:				Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	8.811.543	5.933.049
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		185.069	175.029	Tesouro Nacional		1.254	12.650
Repasse Interfinanceiros		-	64.889	BNDES		5.301.000	3.192.981
Operações de Crédito	8	60.650.568	50.889.036	CEF		1.528	2.765
Setor Público		144.225	174.606	FINAME		3.459.206	2.718.029
Setor Privado		66.443.788	57.284.691	Outras Instituições		48.555	6.624
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(5.937.445)	(6.570.261)	Obrigações por Repasses do Exterior	18.e	812.754	1.141.202
Operações de Arrendamento Mercantil	8	173.546	399.919	Repasse do Exterior		812.754	1.141.202
Setor Privado		206.465	431.908	Instrumentos Financeiros Derivativos	6	3.522.498	2.687.097
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(32.919)	(31.989)	Instrumentos Financeiros Derivativos		3.522.498	2.687.097
Outros Créditos		14.461.069	14.874.566	Outras Obrigações	18.813.180	24.567.081	
Créditos por Avals e Fianças Honradas		8.854	16.874	Carteira de Câmbio	9	86.417	767.690
Carteira de Câmbio	9	134.569	895.101	Fiscais e Previdenciárias	19	3.004.374	6.216.427
Rendas a Receber		56.785	46.749	Negociação e Intermediação de Valores	10	22	-
Créditos Tributários	11	6.404.427	6.130.518	Dívidas Subordinadas	20	9.695.105	11.304.786
Diversos	12	8.083.732	8.012.024	Diversas	21	6.027.262	6.278.178
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(227.298)	(226.700)	Resultados de Exercícios Futuros		178.150	145.556
Outros Valores e Bens		28.434	84.227	Resultados de Exercícios Futuros		178.150	145.556
Investimentos Temporários		8.061	8.061	Patrimônio Líquido	23	64.876.985	64.527.446
(Provisões para Perdas)		(1.765)	(1.765)	Capital Social:		62.828.201	62.806.071
Despesas Antecipadas		22.138	77.931	De Domiciliados no País		6.251.291	6.249.089
Permanente		45.901.696	46.390.939	De Domiciliados no Exterior		56.576.910	56.556.982
Investimentos		19.068.672	17.712.472	Reservas de Capital		529.136	726.566
Participações em Coligadas e Controladas:	15	19.022.918	17.683.494	Reservas de Lucros		1.236.150	919.467
No País		18.931.334	17.587.736	Ajustes de Avaliação Patrimonial		283.498	75.342
No Exterior		91.584	95.758	Total do Passivo		396.371.859	352.303.783
Outros Investimentos		86.763	106.316				
(Provisões para Perdas)		(41.009)	(77.338)				
Imobilizado de Uso	16	4.406.494	3.605.974				
Imóveis de Uso		2.140.716	1.471.945				
Outras Imobilizações de Uso		5.577.194	5.068.666				
(Depreciações Acumuladas)		(3.311.416)	(2.934.637)				
Intangível	17	22.426.530	25.072.493				
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		26.810.539	26.619.000				
Outros Ativos Intangíveis		5.562.684	4.383.216				
(Amortizações Acumuladas)		(9.946.693)	(5.929.723)				
Total do Ativo		396.371.859	352.303.783				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Ações em Tesouraria	Total
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas			
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	9.131.448	38.020.753	922.130	679.416	13.859	127.955	(101.676)	-	-	48.793.885
Aumento de Capital	23.a	53.674.623	(38.020.753)	-	-	-	-	-	-	15.460.254
Aquisições de Ações Próprias	23.d	-	-	-	-	-	-	-	(1.948)	(1.948)
Cancelamento de Ações em Tesouraria	23.d	-	-	(1.948)	-	-	-	-	1.948	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(44.921)	93.984	-	-	49.063
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	1.801.192	-	1.801.192
Destinações:										
Reserva Legal		-	-	-	90.060	-	-	(90.060)	-	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	(327.400)	-	(422.600)	-	(750.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	(825.000)	-	(825.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	-	463.532	-	(463.532)	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	62.806.071	-	726.566	769.476	149.991	83.034	(7.692)	-	-	64.527.446
Ajustes de Exercícios Anteriores:										
Efeitos da Mudança de Critério Contábil	23.e	-	-	(175.300)	-	-	-	-	-	(175.300)
Aumento de Capital	23.a	22.130	-	(22.130)	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	197.901	10.255	-	-	208.156
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	3.856.683	-	3.856.683
Destinações:										
Reserva Legal		-	-	-	192.834	-	-	(192.834)	-	-
Dividendos	23.b	-	-	-	-	-	-	(1.780.000)	-	(1.780.000)
Juros sobre o Capital Próprio	23.b	-	-	-	-	-	-	(1.760.000)	-	(1.760.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	23.c	-	-	-	-	123.849	-	(123.849)	-	



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 00.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha ou Grupo Santander), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, cartões de crédito e através de empresas controladas, atua também nos mercados de seguros, previdência privada, capitalização, arrendamento mercantil, administração de fundos de terceiros, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários e de seguros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que incluem suas dependências no exterior (Banco) foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen, do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep), quando aplicável. As demonstrações consolidadas estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri. Na elaboração das demonstrações financeiras foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no exterior. As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passíveis e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 serão divulgadas, no prazo legal, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Auração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Conversão das Demonstrações Financeiras

A moeda funcional utilizada para as operações das agências no exterior é o Real. Os ativos e passivos são substancialmente de natureza monetária e são convertidos pelas taxas de câmbio no final do período, os itens não monetários são mensurados ao custo histórico e os resultados são convertidos pelas taxas médias de câmbio do período.

As variações cambiais das operações das agências no exterior estão distribuídas nas linhas da demonstração de resultado, de acordo com os respectivos ativos e passivos que lhes deram origem.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

g) Despesas Antecipadas São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas, para participações em coligadas e controladas e que a investidora tenha influência significativa. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

h.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicação - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

h.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

O ágio de incorporação e sua respectiva conta redutora, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido dos acionistas da incorporadora, quando aplicável, são amortizados em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

Os passivos atuariais, referentes aos planos de benefícios a funcionários de complemento de aposentadoria e assistência médica, são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

As despesas com as contribuições pagas pelos patrocinadores aos planos de benefícios são reconhecidas no resultado das entidades observando o regime de competência.

Até 31 de dezembro de 2009, os passivos atuariais foram avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Deliberação CVM 371/2000, que foi sucedida pela Deliberação CVM 600/2009 produzindo efeitos para aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010.

A Deliberação CVM 600/2009 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33, que trata de benefícios a empregados reduzindo as assimetrias com às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 19. Desta forma, os efeitos desta mudança de padrão contábil foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido - reservas de capital, na linha de "Efeitos da Mudança de Critério Contábil", na sua data da transição (adoção inicial) como define o parágrafo 11 da Deliberação CVM 647.

j) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

j.1) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

j.2) Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

j.3) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

k) Resultado de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionadas a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

l) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL, à alíquota de 15% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

m) Avaliação do Valor Recuperável

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2010	2009
Disponibilidades	4.375.077	5.597.548
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.124.336	12.910.596
Aplicações no Mercado Aberto	767.162	11.257.097
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	78.842	266.347
Aplicações em Moedas Estrangeiras	4.278.332	1.387.152
Total	9.499.413	18.508.144

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2010		2009	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
Aplicações no Mercado Aberto	8.733.874	4.495.963	-	13.229.837
Posição Bancada	2.258.843	440.188	-	2.699.031
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	42.068	-	42.068
Letras do Tesouro Nacional - LTN	491.559	194.484	-	686.043
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.725.216	245.704	-	1.970.920
Títulos Emitidos pelo Governo Brasileiro no Exterior	-	-	-	61.318
Posição Financiada	1.570.904	2.559.533	-	4.130.437
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	2.272.809
Letras do Tesouro Nacional - LTN	352.737	100.652	-	453.389
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.218.167	2.458.881	-	3.677.048
Posição Vendida	4.904.127	1.496.242	-	6.400.369
Letras do Tesouro Nacional - LTN	135.017	79.237	-	214.254
Notas do Tesouro Nacional - NTN	4.769.110	1.417.005	-	6.186.115
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.112.038	10.035.084	9.373.447	23.520.569
Aplicações em Moedas Estrangeiras	4.278.332	215	330.030	4.608.577
Provisões para Perdas	-	-	(200)	(200)
Total	17.124.244	14.531.262	9.703.277	41.358.783
Circulante	9.703.277	31.655.566	39.072.317	45.782.513
Longo Prazo	7.420.967	11.375.696	5.700.960	24.507.626

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

1) Resumo da Carteira por Categorias

	2010		2009	
	Valor de Custo	Ajuste a Mercado Refletido no Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	19.036.740	27.551	19.064.291	14.249.173
Títulos Públicos	15.962.508	26.661	15.989.169	11.686.692
Títulos Privados	3.074.232	890	3.075.122	2.562.481
Títulos Disponíveis para Venda	70.790.201	-	71.181.044	67.133.917
Títulos Públicos	35.434.217	-	348.887	35.783.104
Títulos Privados	35.355.984	-	41.956	35.397.940
Títulos Mantidos até o Vencimento	921.225	-	921.225	838.795
Títulos Públicos	921.225	-	921.225	838.795
Total de Títulos e Valores Mobiliários Derivativos (Ativo)	90.748.166	27.551	91.166.560	82.221.885
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos Circulante	4.278.332	787.978	50.117.128	5.200.887
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos Longo Prazo	(4.137.391)	(613.942)	(4.751.333)	(4.411.914)
Derivativos (Passivo)	-	-	(1.228.835)	(1.724.817)
Circulante	-	-	(3.522.498)	(2.687.097)
Longo Prazo	-	-	-	-

II) Títulos para Negociação

	2010		2009	
	Valor de Custo	Ajuste a Mercado Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	15.962.508	26.661	15.989.169	11.686.692
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	64.630	150	64.780	65.883
Letras do Tesouro Nacional - LTN	5.431.836	758	5.432.594	4.349.803
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	529.404	35	529.439	604.623
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	5.853.480	14.899	5.868.379	4.787.717
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	817.205	20.068	837.273	170.096
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	3.090.001	(7.358)	3.082.643	1.397.979
Títulos da Dívida Agrária - TDA	85.228	557	85.785	255.659
Títulos da Dívida Externa Brasileira	89.268	(2.458)	86.810	54.932
Debêntures ⁽¹⁾	1.456	-	1.466	-
Títulos Privados	3.074.232	890	3.075.122	2.562.481
Ações	499.372	7.450	506.822	218.126
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	42.780	-	42.780	106.746
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	393.118	-	393.118	310.488
Cotas de Fundos de Investimento	3.924	-	3.924	3.992
Debêntures	2.100.970	1.334	2.102.304	1.923.129
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	34.068	(7.894)	26.174	-
Total	19.036.740	27.551	19.064.291	14.249.173

	2010		2009	
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 Anos
Títulos Públicos	-	5.173.902	1.894.896	4.818.084
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	64.780
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	4.363.910	804.131	264.553
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	45.433	290.775
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	16.825	969.622	2.759.366
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	550.871	587	285.815
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	226.986	-	1.437.990
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	11.104	73.692	620
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	4.171	-	369
Debêntures ⁽¹⁾	-	35	1.431	82.639
Títulos Privados	903.864	11.517	76.354	12.637
Ações	506.822	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽²⁾	-	10.818	-	31.962
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	393.118	-	-	-
Cotas de Fundos de Investimento	3.924	-	-	-
Debêntures	699	50.180	12.637	2.038.788
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	-	26.174	-
Total	903.864	5.185.419	1.971.250	4.830.721

III) Títulos Disponíveis para Venda

	2010		2009	
	Valor de Custo	Ajuste a Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Públicos	35.434.217			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

	Valor Referencial			
	2010		2009	
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total
"Swap"	31.624.592	33.061.259	25.463.331	90.149.182
Opções	280.412	1.388.618	362.035.307	363.704.337
Contratos de Futuros	-	-	94.302.441	94.302.441
Contratos a Termo e Outros	7.458.345	6.563.356	310.981	14.332.682
				9.439.270

⁽¹⁾ Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Valor Referencial			
	2010		2009	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
"Swap"	24.273.069	16.073.879	49.802.234	90.149.182
Opções	188.189.121	155.140.045	20.375.171	363.704.337
Contratos de Futuros	53.875.301	22.769.750	17.657.390	94.302.441
Contratos a Termo e Outros	7.396.948	3.956.973	2.978.761	14.332.682
				9.439.270

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Valor Referencial			
	2010		2009	
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão	Total
"Swap"	23.053.014	35.298.981	31.797.187	90.149.182
Opções	363.029.141	416.084	259.112	363.704.337
Contratos de Futuros	94.302.441	-	-	94.302.441
Contratos a Termo e Outros	10.616	9.185.095	5.136.971	14.332.682
				9.439.270

⁽¹⁾ Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.⁽²⁾ Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

V) Derivativos de Crédito

As operações envolvendo derivativos de crédito são realizadas com o objetivo de reduzir ou eliminar a exposição a riscos específicos gerados pela compra ou venda de ativos dentro do conceito de administração do portfólio de crédito.

O volume de derivativos de crédito de taxa de retorno total - risco de crédito recebido corresponde a R\$495.066 de custo (2009 - R\$655.126) e R\$444.330 de valor de mercado (2009 - R\$527.532). Durante o período, não ocorreram eventos de crédito relacionados a fatos geradores previstos nos contratos.

O consumo do patrimônio líquido exigido foi de R\$8.121 (2009 - R\$7.496).

VI) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	2010			2009		
	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor da Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	118.348	115.527	(2.821)	169.931	153.619	(16.312)
Ativo	549.276	557.765	8.489	1.249.645	1.259.020	9.375
Certificado de Depósitos Interfinanceiros - CDI	424.211	426.851	2.640	862.027	867.810	5.783
Indexados em Moeda Estrangeira - Libra Esterlina	-	-	-	387.618	391.210	3.592
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar	125.065	130.914	5.849	-	-	-
Passivo	(430.928)	(442.238)	(11.310)	(1.079.714)	(1.105.401)	(25.687)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(305.837)	(311.367)	(5.530)	(1.075.922)	(1.101.588)	(25.666)
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	(125.091)	(130.871)	(5.780)	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	-	-	-	(3.792)	(3.813)	(21)
Objeto de "Hedge"	429.896	443.446	13.550	1.073.020	1.100.046	27.026
Operação de Crédito	429.896	443.446	13.550	685.405	708.566	23.161
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	304.794	311.381	6.587	681.613	704.753	23.140
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	125.102	132.065	6.963	-	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	-	-	-	3.792	3.813	21
Obrigações por Empréstimos	-	-	-	387.615	391.480	3.865
Indexados em Moeda Estrangeira - Libra Esterlina	-	-	-	387.615	391.480	3.865

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

Existem operações de "hedge" de fluxo de caixa - DI futuros, com valor referencial de R\$7.165.189 (2009 - R\$15.294.094), com vencimentos em 2 de janeiro de 2012. O efeito da marcação a mercado está contabilizado no patrimônio líquido correspondendo a um débito no montante de R\$186.578 (2009 - R\$262.695), líquido dos efeitos tributários. O valor de curva e de mercado das operações classificados como objeto de "hedge", certificados de depósitos bancários - CDB, é de R\$7.385.636 (2009 - R\$15.337.856).

A efetividade apurada para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2010 e 2009, estavam em conformidade com o estabelecido pelo Bacen e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o exercício.

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$4.171.458 (2009 - R\$2.298.561).

VIII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	2010	2009
Ativo		
"Swap" - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	4.455.180	4.249.449
Prêmios de Opções a Exercer	210.232	570.923
Contratos a Termo e Outros	351.716	380.515
Total	5.017.128	5.200.887
Passivo		
"Swap" - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	3.766.299	3.086.412
Prêmios de Opções Lançadas	349.454	877.333
Contratos a Termo e Outros	635.580	448.169
Total	4.751.333	4.411.914

⁽¹⁾ Inclui "swaption", derivativos de crédito e derivativos embutidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação, para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2010.

Carteira Negociação

Fatores de Risco	2010			2009		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Cupom de Dólar Americano	34.220	102.726	274.161	-	-	-
Cupom de Outras Moedas	(3.184)	(31.842)	(159.212)	-	-	-
Taxa Pré - Fixada em Reais	(351)	(3.505)	(17.525)	-	-	-
Ações e Índices	(19.422)	(48.555)	(97.109)	-	-	-
Inflação	(3.536)	(35.358)	(176.789)	-	-	-
Total ⁽¹⁾	7.727	(16.534)	(176.474)			

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

O quadro resumo seguinte sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2010.

Carteira "Banking"

Fatores de Risco	2010			2009		
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Cupom de Dólar Americano	(921)	(9.212)	(46.058)	-	-	-
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	(1.533)	(15.329)	(76.647)	-	-	-
Taxa Pré - Fixada em Reais	(25.599)	(255.992)	(1.279.959)	-	-	-
Inflação	(1.779)	(17.785)	(88.926)	-	-	-
Total ^{(1) (2)}	(29.832)	(298.318)	(1.491.590)			

⁽¹⁾ Valor de mercado do capital modelado com prazo de 1,5 ano.⁽²⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

Os cenários 2 e 3 acima consideram as situações de deterioração prevista na Instrução CVM 475/2008, tidas como de baixa probabilidade de ocorrência. De acordo com a estratégia determinada pela Administração, no caso de sinal de deterioração de mercado são adotadas ações para minimizar possíveis impactos.

Cenário 1: é habitualmente informado em nossos relatórios diários correspondendo a um choque de 10 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somando um choque de 10% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 10 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizadas para precificação de opções.**Cenário 2:** correspondendo a um choque de 100 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 25% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 100 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.**Cenário 3:** correspondendo a um choque de 500 pontos básicos, para cima, nas curvas de juros e de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 50% nas posições à vista de moedas e bolsa (depreciação do Real e queda do Índice Bovespa), além de um choque de 500 pontos básicos, para cima, na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.**Cupom de Dólar Americano:** todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do Dólar americano e da taxa de juros em Dólar americano.**Cupom de Outras Moedas:** todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de qualquer moeda que não o Dólar americano e da taxa de juros em Dólar americano.**TR e TJLP:** todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da TR e da TJLP.**Taxa Pré - Fixada em Reais:** todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros em Reais.**Ações e Índices:** índices de bolsas, ações e opções atreladas a índices de ações ou ações em si.**Inflação:** todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.**Outros:** qualquer outro produto que não se enquadra nas classificações acima.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	2010		2009	
	Operações de Crédito	Provisão para Perdas	Operações de Crédito	Provisão para Perdas
Empréstimos e Títulos Descontados	124.542.064	105.512.207	105.512.207	105.512.207
Financiamentos	75.066.696	65.760.686	65.760.686	65.760.686
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	32.477.608	25.605.419	25.605.419	25.605.419
Financiamentos Imobiliários	4.885.915	5.090.852	5.090.852	5.090.852
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	12.090.018	9.054.257	9.054.257	9.054.257
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	21.827	-	-	-
Operações de Arrendamento Mercantil	-	993	993	993
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	381.532	642.789	642.789	642.789
Outros Créditos ⁽²⁾	2.022.439	2.139.148	2.139.148	2.139.148
Total	9.298.127	7.370.074	7.370.074	7.370.074
Circulante	136.244.162	115.664.218	115.664.218	115.664.218
Longo Prazo	68.999.692	56.841.237	56.841.237	56.841.237
	67.244.470	58.822.981	58.822.981	58.822.981

⁽¹⁾ Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.⁽²⁾ Compreende os créditos por avais e fianças honorados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens, títulos e créditos a receber, créditos decorrentes de contratos de exportação - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	2010		2009	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses
Vencidas	5.552.365	7.081.439	5.552.365	7.081.439
A Vencer:				
Até 3 Meses	25.828.999	22.132.768	25.828.999	22.132.768
De 3 a 12 Meses	43.170.693	34.708.469	43.170.693	34.708.469
Acima de 12 Meses	61.692.105	51.741.542	61.692.105	51.741.542
Total	136.244.162	115.664.218	136.244.162	115.664.218

c) Carteira de Arrendamento

	2010		2009	
	Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	Arrendamentos a Receber	Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	Arrendamentos a Receber
Arrendamentos a Receber	475.869	843.726	475.869	843.726
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	185.931	322.432	185.931	322.432
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	289.938	521.294	289.938	521.294
Valores Residuais a Balancear	(183.284)	(319.115)	(183.284)	(319.115)
Imobilizado de Arrendamento	(289.938)	(521.294)	(289.938)	(521.294)
Depreciações Acumuladas	918.226	1.157.688	918.226	1.157.688
Superveniências de Depreciações	(610.301)	(447.970)	(610.301)	(447.970)
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	582.230	467.335	582.230	467.335
Créditos por Antecipação de Valor Residual	22	-	22	-
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	(511.292)	(537.581)	(511.292)	(537.581)
	381.532	642.789	381.532	642.789

⁽¹⁾ Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$94.337 (2009 - R\$200.937).

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	2010		2009	
	Vencidas	A Vencer:	Vencidas	A Vencer:
Até 1 Ano	192.652	269.613	192.652	269.613
De 1 a 5 Anos	262.459	552.835	262.459	552.835
Acima de 5 Anos	5	-	5	-
Total	475.869	843.726	475.869	843.726

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento a Valor Presente

	2010		2009	
	Vencidas	A Vencer:	Vencidas	A Vencer:
Até 1 Ano	175.067	210.881	175.067	210.881
De 1 a 5 Anos				

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais - Base Negativa		CSLL 18%	Total Registrados	Total
	IRPJ	CSLL	PIS/Cofins					
2011	3.207.647	1.892.116	93.717	-	-	5.193.480	4.925.931	
2012	2.397.132	1.242.786	93.717	152.806	54.172	3.940.613	3.552.113	
2013	1.181.596	682.397	1.925	-	71.857	1.937.775	1.592.949	
2014	289.350	164.424	1.925	-	169.575	625.274	467.635	
2015	263.662	146.721	1.924	-	206.382	618.689	451.285	
2016 a 2018	38.105	14.721	-	-	225.304	278.130	265.137	
2019 a 2020	80.938	42.929	-	-	-	123.867	75.308	
2021 a 2023	7.942	3.070	-	-	-	11.012	-	
2024 a 2025	5.294	2.047	-	-	-	7.341	-	
Após 2025	15.883	6.140	-	-	-	22.023	-	
Total	7.487.549	4.197.351	193.208	152.806	727.290	12.758.204	11.330.358	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$11.247.173 (2009 - R\$11.457.243) e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$10.078.726 (2009 - R\$10.134.642), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

12. Outros Créditos - Diversos

	2010	2009
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)		
Cartões de Crédito	8.017.820	6.186.853
Direitos Creditórios	962.506	711.695
Cédula de Produto Rural (CPR)	131.128	152.514
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	3.210.473	2.734.203
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.974.281	2.036.332
Outros	559.145	522.529
Garantias Contratuais de Ex-Contratadores (Nota 22.h)	492.360	522.267
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	881.226	1.712.547
Créditos Decorrentes de Contrato de Exportação (Nota 8.a)	-	35.127
Pagamentos a Ressarcir	265.240	258.807
Adiantamentos Salariais/Outros	582.358	790.113
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	128.488	167.769
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 25.g)	85.014	393.385
Outros	1.352.445	611.442
Total	18.642.484	16.835.583
Circulante	10.558.752	8.823.559
Longo Prazo	8.083.732	8.012.024

13. Outros Valores e Bens

	2010	2009
Bens não de Uso ⁽¹⁾	108.495	205.942
Material em Estoque	-	10.974
Total	108.495	216.916
(Provisões para Desvalorizações)	(98.811)	(122.614)
Total	9.684	94.302
Circulante	9.684	94.302

⁽¹⁾ Referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

14. Dependências no Exterior

As posições financeiras resumidas da dependência no exterior (agência Grand Cayman), convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço e incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

	2010	2009 ⁽¹⁾
Ativo	37.284.194	26.805.570
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	37.201.704	26.737.797
Disponibilidades	198.114	743.558
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.355.255	1.523.308
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	15.464.809	7.767.330
Operações de Crédito ⁽²⁾	15.680.858	10.844.258
Carteira de Câmbio	1.903.839	5.438.632
Outros	598.829	420.711
Ativo Permanente	82.490	67.773
Passivo	37.284.194	26.805.570
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	22.372.712	21.602.709
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	5.303.744	3.040.244
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	2.396.084	1.116.799
Obrigações por Empréstimos e Repasses ⁽³⁾	9.526.032	8.090.187
Dívidas Subordinadas ⁽⁴⁾	-	872.704
Carteira de Câmbio	2.009.250	5.572.639
Outros ⁽⁵⁾	3.137.602	2.910.136
Total	13.638	27.107
Patrimônio Líquido ⁽⁶⁾	14.897.844	5.175.754
Lucro Líquido	807.290	658.047

⁽¹⁾ Inclui o lucro líquido acumulado no período de R\$11.946 da agência de Tóquio, liquidada em dezembro de 2009. Em 30 de abril de 2009, as atividades da agência Grand Cayman do Banco Real foram transferidas à agência do Banco Santander.

⁽²⁾ Refere-se, principalmente, a operações de financiamento à exportação.

⁽³⁾ Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

⁽⁴⁾ Operação resgatada conforme mencionado na nota 20.

⁽⁵⁾ Inclui o valor de venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior (Nota 21).

⁽⁶⁾ Em maio e dezembro de 2010, foram autorizados os aumentos de capital de US\$2.000 milhões e US\$3.500 milhões, respectivamente.

15. Participações em Coligadas e Controladas

	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		Participação	
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais	Participação Direta	Participação Indireta
Investimentos					
Controladas do Banco Santander					
Santander Seguros S.A. (Santander Seguros) ⁽²⁾	Seguros e Previdência	5.625.778	5.625.397	100,00%	100,00%
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	11.043.796	-	78,57%	99,99%
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Leasing)	Leasing	63	31	39,88%	39,88%
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Santander Brasil Asset) ⁽²⁾	Administradora de Ativos	12.493.834	-	99,99%	100,00%
Santander Administradora de Consórcios Ltda. (Santander Consórcios)	Consórcio	3.000	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (SB Consórcio)	Consórcio	92.925	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.183.667.026	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI Brasil)	Financeira	1	1	39,58%	39,58%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Microcrédito) ⁽³⁾	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM) ⁽⁴⁾	Distribuidora	67	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM)	Corretora	10.209.903	10.209.903	99,99%	100,00%
Santander CHP S.A. ⁽⁵⁾	Holding	506	-	92,78%	92,78%
Agropecuária Tapirapé S.A. (Tapirapé) ⁽¹⁰⁾	Outras Atividades	199.729	379.265	99,07%	99,07%
Santander Advisory Services S.A. (Advisory)	Outras Atividades	446	-	100,00%	100,00%
Webmotors S.A.	Outras Atividades	348.253.362	17.929.313	100,00%	100,00%
Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet) ⁽⁵⁾	Outras Atividades	8.000	-	50,00%	50,00%
Controladas em Conjunto					
Araguari Real Estate Holding LLC	Holding	43.164	-	50,00%	50,00%
Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec)	Securitização	9	-	13,64%	13,64%
Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%	50,00%
Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP)	Outras Atividades	3.859	-	11,11%	11,11%
Coligadas					
Norchem Holding e Negócios S.A. (Norchem Holding)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%	21,75%

	Patrimônio Líquido Ajustado		Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado		Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010	2010
Controladas do Banco Santander								
Santander Seguros ⁽²⁾	2.399.006	383.565	2.399.006	2.360.554	242.680	141.800		
Santander Leasing	12.657.687	993.755	9.945.655	9.209.331	780.834	651.764		
RCI Leasing	508.565	45.180	202.825	189.088	18.017	6.584		
Santander Brasil Asset ⁽²⁾	212.868	84.858	212.868	237.661	75.207	24.352		
Santander Consórcios	4.057	248	4.057	3.809	248	172		
SB Consórcio	118.072	30.667	118.072	92.925	25.147	29.291		
Banco Bandepe	4.254.691	341.724	4.254.691	4.015.044	239.844	289.703		
Aymoré CFI	956.551	340.691	956.551	685.460	299.921	120.961		
RCI Brasil	270.154	68.665	106.939	101.303	21.025	6.134		
Microcrédito ⁽³⁾	11.729	5.793	11.729	9.616	5.793	2.187		
CRV DTVM ⁽⁴⁾	86.613	5.773	86.613	82.625	3.988	8.009		
Santander CCVM	340.177	57.583	340.177	40.200	43.825	(18)		
Santander CHP S.A. ⁽⁵⁾	4.750	3.821	4.407	3.815	3.545	1.549		
Tapirapé ⁽¹⁰⁾	7.174	376	7.107	6.734	373	172		
Advisory	159.535	27.898	159.535	131.902	27.898	13.798		
Webmotors S.A.	52.397	14.055	52.397	40.762	11.635	7.436		
Santander Getnet ⁽⁵⁾	13.223	223	6.611	-	111	-		
Santander S.A. - Corretora de Câmbio e Títulos (Santander CCT) ⁽⁶⁾	-	11.192	-	246.393	11.192	54.045		
Real Argentina S.A. ⁽¹¹⁾	-	(16)	-	52	(16)	(112)		
Banco ABN AMRO Real S.A. (Banco Real) ⁽¹³⁾	-	-	-	-	-	258.061		
Santander Investimentos em Participações S.A. (Santander Participações) ⁽⁷⁾	-	-	-	-	-	258.895		
ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) ⁽¹¹⁾	-	-	-	-	-	126.442		
Outras ^{(13) (14) (15)}	-	-	-	-	-	108.520		
Controladas em Conjunto								
Araguari Real Estate Holding LLC	183.168	-	91.584	95.706	-	-		
Cibrasec	73.130	4.123	9.972	10.144	167	(69)		
Norchem Participações	57.051	4.864	28.526	28.918	2.432	1.573		
EBP	11.444	(18.372)	1.272	1.784	(2.041)	(202)		
Celta Holding S.A. ⁽¹²⁾	-	2.008	-	65.612	522	(3.224)		
Companhia Brasileira de Meios de Pagamentos - Visanet (Visanet) ⁽¹⁴⁾	-	-	-	-	-	34.625		
Companhia Brasileira de Meios de Pagamentos - Visanet (Visanet) ⁽¹⁴⁾	-	-	-	-	-	34.625		
Outras ^{(13) (14) (15)}	-	-	-	-	-	15.085		
Coligadas								
Norchem Holding	102.642	8.183	22.325	24.056	1.780	2.742		
Total Banco			19.022.918	17.683.494	1.814.127	2.160.275		

⁽¹⁾ Empresa incorporada pelo Santander Seguros em 30 de setembro de 2009.

⁽²⁾ Investimento incorporado pelo Banco Santander em 14 de agosto de 2009.

⁽³⁾ Em 30 de junho de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social de Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A. para Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A.

⁽⁴⁾ Em 30 de junho de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social de Companhia Real de Valores - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para Companhia Santander de Valores - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e em 18 de outubro de 2010 teve sua denominação social alterada novamente para CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

⁽⁵⁾ Em 14 de janeiro de 2010, o Banco Santander assinou os instrumentos contratuais e societários com a Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações Eletrônicas Hua Ltda. Como resultado dessa associação foi constituída a Santander Getnet, para explorar, desenvolver e comercializar, no mercado brasileiro, serviços de captura e processamento de transações de cartões de crédito e/ou débito.

⁽⁶⁾ Empresa incorporada pelo Santander CCVM em 31 de março de 2010.

⁽⁷⁾ Empresa criada em 31 de agosto de 2009, com versão de parcelas de seu patrimônio para o Banco Santander e Advisory.

⁽⁸⁾ Empresa alienada em dezembro de 2009.

⁽⁹⁾ Em 15 de julho de 2010, foi aprovada a alteração da denominação social da Real CHP S.A. para Santander CHP S.A.

⁽¹⁰⁾ O Banco Santander na qualidade de acionista controlador da Tapirapé, sociedade beneficiária de recursos provenientes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento Regional da Amazônia (Finam), divulgou Fato Relevante em 1 de setembro de 2010, para informar os acionistas minoritários da Tapirapé que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 31 de agosto de 2010, o cancelamento do Registro de Companhia Incentivada perante a CVM, mediante a realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA). O Cancelamento do Registro foi concedido pela CVM em 29 de outubro de 2010, conforme Ofício/CVM/SEP/GEA-3/1.039/2010.

⁽¹¹⁾ Empresa liquidada em 18 de novembro de 2010.

⁽¹²⁾ Empresa alienada em 28 de outubro de 2010.

⁽¹³⁾ Em 14 de agosto de 2009, o Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. (BCIS) foi incorporado pelo Banco Santander. O Banco Real foi incorporado pelo Banco Santander e em 30 de abril de 2009, a Sudameris Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Sudameris DTVM) foi incorporada pelo Banco Real. Em 31 de agosto de 2009, a ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda. (AA Cartões) foi incorporada pelo Banco Santander. Em 30 de novembro de 2009, a Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A. (SB Leasing) foi incorporada pela Santander Leasing. Em 30 de novembro de 2009, a Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander Asset) foi incorporada pela Santander Brasil Asset. Em 30 de setembro de 2009, a Santander Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (SB CTVM) foi incorporada pela Santander CCT. Em 30 de setembro de 2009, a ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. (ABN Leasing) foi incorporada pela Santander Leasing

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as Normas do Bacen, os quais são utilizados como Patrimônio de Referência - Nível II, para apuração dos limites operacionais.

Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	2010	2009
				Total	Total
CDB Subordinado ⁽¹⁾	junho-06	R\$1.500 milhões	105,0% CDI	2.495.990	2.263.856
CDB Subordinado ⁽¹⁾	outubro-06	R\$850 milhões	104,5% CDI	1.351.627	1.226.492
CDB Subordinado ⁽¹⁾	junho-07	R\$885 milhões	104,5% CDI	1.273.137	1.155.269
CDB Subordinado ⁽¹⁾	abril-08	R\$600 milhões	100,0% CDI + 1,3%	814.922	733.444
CDB Subordinado ⁽¹⁾	abril-08	R\$555 milhões	100,0% CDI + 1,0%	753.066	679.443
CDB Subordinado ⁽¹⁾	junho-06 a outubro-06	R\$447 milhões	104,5% CDI	733.718	665.790
CDB Subordinado ⁽¹⁾	janeiro-07	R\$300 milhões	104,0% CDI	460.494	418.055
CDB Subordinado ⁽¹⁾	agosto-07	R\$300 milhões	100,0% CDI + 0,4%	430.041	390.192
CDB Subordinado ⁽¹⁾	janeiro-07	R\$250 milhões	104,5% CDI	384.437	348.846
CDB Subordinado ⁽¹⁾⁽⁴⁾	maio-08 a junho-08	R\$283 milhões	CDI	374.705	338.366
CDB Subordinado ⁽¹⁾⁽⁴⁾	maio-08 a junho-08	R\$268 milhões	IPCA	327.952	325.676
CDB Subordinado ⁽¹⁾	novembro-08	R\$100 milhões	120,5% CDI	128.062	114.490
CDB Subordinado ⁽¹⁾	fevereiro-08	R\$85 milhões	IPCA + 7,9%	121.954	107.048
CDB Subordinado ⁽²⁾⁽⁴⁾	março-09	R\$1.507 milhões	13,8%	-	1.667.219
Bônus Perpétuos ⁽³⁾⁽⁴⁾	setembro-05	US\$500 milhões	8,7%	-	872.704
Total				9.695.105	11.306.890
Longo Prazo				-	2.104
				9.695.105	11.304.786

⁽¹⁾ CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

⁽²⁾ Em 22 de janeiro de 2010, foi realizado o resgate antecipado do CDB subordinado, nos termos da autorização concedida pelo Bacen em 8 de janeiro de 2010.

⁽³⁾ Em 20 de setembro de 2010, foi realizado o resgate antecipado dos títulos Bônus Perpétuos, emitidos pela agência Grand Cayman nos termos da autorização concedida pelo Bacen em 4 de agosto de 2010.

⁽⁴⁾ O resgate antecipado teve como objetivo melhorar a estrutura de captação do Banco Santander, conforme estratégia de destinação dos recursos informada no "Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Certificados de Depósito de Ações (Units) de emissão do Banco Santander (Brasil) S.A."

⁽⁵⁾ Indexado entre 109% e 112% do CDI acrescido com juros de 1,2% a.a. a 1,5% a.a.

⁽⁶⁾ Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,7% a.a.

21. Outras Obrigações - Diversas

	2010	2009
Obrigações com Cartões de Crédito	7.680.076	5.499.247
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis (Nota 22.b)	4.192.143	4.547.098
Venda do Direito de Recebimento do Fluxo Futuro de Ordens de Pagamento do Exterior ⁽¹⁾	1.577.181	1.371.588
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 34)	1.185.689	829.437
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽²⁾	634.352	799.122
Provisão para Contingências - Responsabilidade de Ex-Contratadores (Nota 22.h)	37.306	92.762
Provisão para Pagamentos a Efetuar		
Despesas de Pessoal	1.024.260	1.060.777
Despesas Administrativas	110.336	222.897
Outros Pagamentos	148.246	131.500
Credores por Recursos a Liberar	469.735	271.177
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	211.332	163.737
Obrigações por Convênios Oficiais	111.264	127.271
Fornecedores	160.291	72.956
Outras	1.493.536	2.372.136
Total	19.035.747	17.561.705
Circulante	13.008.485	11.283.527
Longo Prazo	6.027.262	6.278.178

⁽¹⁾ Obrigação decorrente da venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior. Inclui a emissão da série 2004-1 no montante de US\$98 milhões (2009 - US\$190 milhões), com encargos de 5,5% a.a., pagos semestralmente até setembro de 2011, série 2008-1 no montante de US\$173 milhões (2009 - US\$190 milhões), com encargos de 6,2% a.a. pagos semestralmente até março de 2015, série 2008-2 no valor acrescido em US\$100 milhões no primeiro trimestre de 2010, totalizando o montante de US\$400 milhões (2009 - US\$300 milhões), com encargos à taxa Libor (6 meses) + 0,8% pagos semestralmente, com o principal pago em 6 parcelas semestrais entre março de 2012 a setembro de 2014, série 2009-1 no montante de US\$50 milhões, com encargos à taxa Libor (6 meses) + 2,1% a.a., pagos semestralmente, com o principal pago em 6 parcelas semestrais entre março de 2012 a setembro de 2014, série 2009-2 no montante de US\$50 milhões, com encargos de 6,3% a.a., pagos semestralmente, com o principal pago em 14 parcelas semestrais entre março de 2013 a setembro de 2019 e a série 2010-1 no montante de US\$247 milhões, com encargos à taxa Libor + 1,5% a.a., pagos semestralmente a partir de março de 2011, com o principal pago em 7 parcelas semestrais entre março de 2013 a março de 2016.

⁽²⁾ Refere-se basicamente, a operações de empréstimos de "export notes" no valor de R\$578.325 (2009 - R\$748.754).

22. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O Banco Santander é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Banco Santander provisiona integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável.

As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender eventuais perdas decorrentes de processos judiciais.

a) Ativos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais dos Passivos Contingentes e Obrigações Legais por Natureza

	2010	2009
Provisão para Riscos Fiscais⁽¹⁾ (Nota 19)	6.523.044	5.003.557
Provisão para Contingências Trabalhistas e Cíveis (Nota 21)	4.192.143	4.547.098
Contingências Trabalhistas	2.709.904	3.005.466
Outros Passivos Contingentes - Cíveis	1.482.239	1.541.632
Total	10.715.187	9.550.655

⁽¹⁾ Inclui, substancialmente, obrigações legais.

c) Movimentação dos Passivos Contingentes e Obrigações Legais

	2010			2009		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	5.003.557	3.005.466	1.541.632	1.460.410	1.217.540	398.029
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	1.188.543	568.981	199.779	1.471.836	1.457.132	588.273
Atualização Monetária	372.276	249.211	128.674	47.458	221.948	93.223
Incorporação de Participação Societária (Nota 15)	-	-	-	2.655.189	1.043.807	759.607
Baixas por Pagamento ⁽²⁾	(40.581)	(1.149.974)	(387.895)	(631.336)	(934.961)	(297.500)
Outros	(751)	36.220	49	-	-	-
Saldo Final	6.523.044	2.709.904	1.482.239	5.003.557	3.005.466	1.541.632
Depósitos em Garantia - Outros Créditos ⁽³⁾	933.467	863.565	110.730	928.940	873.723	153.218
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários ⁽³⁾	22.692	48.450	62.257	49.596	49.739	52.035

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de impostos contingenciados e de obrigações legais do período, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

⁽²⁾ Em 2009, incluí os efeitos decorrentes da aplicação da Lei 11.941/2009, referente aos débitos tributários e previdenciários (Nota 22.d).

⁽³⁾ Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

d) Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

Em novembro de 2009, o Banco Santander aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituídos pela Lei 11.941/2009. Os principais processos incluídos nesse programa foram: (i) Dedutibilidade da CSLL no IRPJ, no qual as entidades do Conglomerado Santander pleiteavam a dedutibilidade da CSLL na apuração do IRPJ; (ii) CSLL - isonomia de alíquotas no qual as instituições financeiras do Conglomerado Santander pretendiam afastar a aplicação da alíquota majorada da CSLL (18% e 30%) em comparação com empresas não financeiras (8% e 10%) e (iii) IRPJ simultaneidade, no qual a ABN Leasing pretendia compatibilizar para fins de IRPJ as despesas de depreciação no mesmo período do reconhecimento das receitas de contraprestação de arrendamento mercantil.

Considerando o estabelecido na regulamentação da referida Lei, os efeitos contábeis no caso dos processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista foram registrados no momento da adesão ao programa.

O Banco Santander aderiu também ao parcelamento dos débitos fiscais e previdenciários, os quais poderão ser liquidados em momento posterior após a consolidação formal dos débitos, a ser realizada junto à Receita Federal do Brasil (RFB), nos termos da regulamentação do programa. Assim, nenhum efeito contábil foi reconhecido no caso dessa modalidade de parcelamento uma vez que não foi concretizada a consolidação formal dos débitos, e portanto, não foi possível identificar e quantificar os processos a serem incluídos no programa, bem como seus efeitos contábeis.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias e remanescem após a aplicação da Lei 11.941/2009 são:

PIS e Cofins - R\$4.574.541 (2009 - R\$3.317.827): o Banco Santander interpôs medida judicial com vistas a afastar a redução do art. 3, § 1, da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$185.067 (2009 - R\$180.452): refere-se aos processos judiciais ingressados por empresas do Conglomerado Santander que questionam a aplicação da alíquota majorada da CSLL (18% - 30%) aplicada às instituições financeiras em comparação com empresas não financeiras (8% - 10%). Estes processos não foram objeto da aplicação da Lei 11.941/2009.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$393.356 (2009 - R\$300.066): o Banco Santander e demais instituições do Conglomerado Santander distribuíram Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%.

e) Contingências Fiscais e Previdenciárias

São valores disputados em processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, classificadas, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente. Os principais temas discutidos nesses processos são:

ISS - Instituições Financeiras - R\$295.291 (2009 - R\$257.244): refere-se a discussões nas diversas empresas em processos judiciais e administrativos frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS, sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

INSS - R\$235.581 (2009 - R\$181.353): refere-se a discussões nas diversas empresas em processos administrativos e judiciais que visam a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que normalmente não possuem natureza salarial.

Provisão para Devedores Duvidosos (PDD) - R\$174.613 (2009 - R\$181.246): cobrança de IRPJ e CSLL incidentes sobre PDD, decorrente da dedução, considerada indevida pelas autoridades fiscalizadoras, no ano calendário de 1995 sob a alegação de que os critérios fiscais vigentes não foram observados.

f) Contingências Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de "horas extras" e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na lei e jurisprudente de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

g) Contingências Cíveis

São processos judiciais relacionados a ações cíveis classificadas, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável e provisionados contabilmente.

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, no curso normal das atividades do Banco Santander, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança e contas de depósitos judiciais decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos a aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos pagamentos efetuados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudente do Superior Tribunal da Justiça (STJ) foi consolidada contrária aos bancos no que se refere aos planos Bresser, Verão e Collor I e II e favorável quanto ao Collor I. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todas as ações que não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDB) e das correções aplicadas aos contratos (tabella). Além disso, a jurisprudência do STF já se consolidou favorável à constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. No STJ, recentemente, foi decidido também que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos. Com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, serão julgadas improcedentes, diminuindo os valores envolvidos. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Contratadores

Referem-se a ações de natureza fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$455.054, R\$30.467 e R\$6.839 (2009 - R\$429.505, R\$60.631 e R\$32.131), registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 19) e outras obrigações - diversas (Nota 21) de responsabilidade dos ex-contratadores dos bancos adquiridos. As ações possuem garantias com base nos contratos firmados na ocasião das respectivas compras no montante de R\$492.360 (2009 - R\$522.267), contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12). Essas ações não produzem efeitos patrimoniais para o Banco.

i) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. Os principais processos são:

CPMF em Operações de Clientes - em maio de 2003, a RFB emitiu um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTMV), atual Produban Serviços de Informática S.A. (Produban Informática) e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A., ambos no montante de R\$290 milhões. O objeto dos autos foi a cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTMV na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco Santander para a Santander DTMV, conforme acordo entre essas duas companhias, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Ambas sociedades consideram que o tratamento fiscal adotado era adequado uma vez que as referidas operações estavam sujeitas à CPMF pela alíquota zero. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), antigo Conselho de Contribuintes julgou os processos administrativos anulando o auto da Santander DTMV e mantendo o do Banco Santander. Ambos processos administrativos aguardam julgamento final pelo CARF. O valor envolvido atualizado de cada uma das ações é de aproximadamente R\$537 milhões.

IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais - autos de infração lavrados pela RFB contra o Banco Santander para a cobrança de IRPJ e CSLL, anos-base 2002 a 2006, sobre valores ressarcidos por seu antigo controlador, em decorrência de pagamentos efetuados pelo Banco Santander, mas que cabiam ao ex-controlador, cujos atos de gestão deram causa à obrigação então quitada. A Fiscalização entendeu que os valores depositados em favor do Banco Santander correspondem a "renda tributável". Em dezembro de 2010, as Autoridades Fiscais lavraram autos de infração relativamente aos períodos-base 2005 e 2006. Referidos autos de infração foram objeto de recurso administrativo uma vez que o Banco não auferiu "renda tributável" e não teve nenhum acréscimo patrimonial decorrente desses pagamentos. Os processos administrativos aguardam julgamento. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$597 milhões.

Adicional do Preço na Compra das Ações do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa - proposição de ação ordinária com o objetivo de ver declarada a inexistência de relação jurídica frente ao Tesouro Nacional em relação ao item 3.1 do Contrato de Compra e Venda de Ações do Banespa. O referido item previa o pagamento de acréscimo ao preço mínimo, caso o Banespa viesse a ser desonerado de contingência de natureza fiscal reconhecida na época da privatização quando da fixação do preço mínimo. Após decisão em primeira instância desfavorável, em 23 de abril de 2008, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região acolheu recurso de apelação do Banco Santander e declarou a cobrança devida. No momento, aguarda julgamento de recurso interposto pela União. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$379 milhões.

Perdas em Operações de Crédito - visa desconstituir os autos de infração lavrados pela RFB, sob a alegação de que as empresas deduziram indevidamente das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL as perdas em operações de crédito, uma vez que não teriam atendido as condições e os prazos previstos na legislação vigente. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$245 milhões.

CSLL - Inconstitucionalidade - Desenquadramento da Anistia da Lei 9.779/1999 - questiona-se que Entidades que aderiram à anistia não cumpriram a totalidade de requisitos estabelecidos naquela lei, sob a alegação de que não possuíam medida judicial abarcando todos os períodos pagos (1989 a 1999). Os processos administrativos e judicial aguardam julgamento. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$177 milhões.

CSLL - Anterioridade - Emenda Constitucional 10 de 1996 - pleito em relação à diferença de alíquota da CSLL, exigida das instituições financeiras e entidades equiparadas relacionada ao primeiro semestre de 1996, tendo em vista que a mesma era superior às aplicadas às pessoas jurídicas em geral, não observando o princípio constitucional da anterioridade e irretroatividade. Há processo aguardando julgamento de primeira instância e outros recursos pendentes de decisão. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$161 milhões.

CSLL - Decisão Favorável Transitada em Julgado - visa afastar a exigência do crédito tributário formalizado pela RFB, referente a supostas irregularidades no recolhimento da CSLL. O Banco Santander possui decisão judicial transitada em julgado, afastando a exigência da CSLL nos termos das Leis 7.689/1988 e 7.787/1989 no período exigido pela RFB. Está pendente de decisão definitiva na esfera judicial. O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R\$156 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a RFB emitiu auto de infração contra a Santander Seguros (incorporadora da AAB Dois Par) para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL referentes ao ano-base 2005, por entender que teria havido tributação por uma alíquota inferior à aquela prevista no ato de alienação pela AAB Dois Par das participações acionárias detidas na Real Seguros S.A. e na Real Vida e Previdência S.A. O auto de infração foi objeto de recurso na esfera administrativa pois o entendimento da Administração é de que o tratamento fiscal adotado na operação estava em consonância com a legislação fiscal então vigente e o ganho de capital foi adequadamente tributado. O processo administrativo aguarda julgamento. O valor envolvido é de R\$197 milhões.

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, sucessivamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho e o Banco Santander ingressou com os recursos cabíveis. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

23. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 500 bilhões de ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social integralizado é assim representado:

	2010			2009		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	38.084.679	36.130.149	74.214.828	33.546.259	32.004.313	65.550.572
De Domiciliados no Exterior	174.572.053	150.072.236	324.644.289	179.295.473	154.198.072	333.493.545
Total	212.841.732	186.202.385	399.044.117	212.841.732	186.202.385	399.044.117

A AGE de 27 de abril de 2010, aprovou o aumento de capital no valor de R\$22.130, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de reservas de capital, cuja homologação ocorreu em 24 de junho de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

e) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

f) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		2010	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(em milhares de ações, exceto porcentagens)					
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	74.967.225	35,2%	63.531.986	34,1%	138.499.211	34,7%
Sterrebeck B.V. (1)	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) (1) (2)	206.663	0,1%	-	0,0%	206.663	0,1%
Funcionários	240.934	0,1%	220.512	0,1%	461.446	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	37.899.827	17,8%	35.957.557	19,3%	73.857.384	18,5%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		2009	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)
	(em milhares de ações, exceto porcentagens)					
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	74.967.225	35,2%	63.531.986	34,1%	138.499.211	34,7%
Sterrebeck B.V. (1)	99.527.083	46,8%	86.492.330	46,5%	186.019.413	46,6%
Santander Seguros S.A. (2)	7.241	0,0%	9.525	0,0%	16.766	0,0%
Santander Insurance Holding (1)	4.745.084	2,2%	4.125.836	2,2%	8.870.920	2,2%
Funcionários	311.840	0,1%	284.366	0,2%	596.206	0,1%
Membros do Conselho	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	33.283.259	15,6%	31.758.342	17,1%	65.041.601	16,3%
Total	212.841.732	100,0%	186.202.385	100,0%	399.044.117	100,0%

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Em agosto de 2010, ocorreu o arquivamento do Formulário F-1, na CVM e SEC, que informava sobre a intenção de alienação de participação acionária detida pela SIH sob a forma de ADR, no mercado americano. Sendo assim, foram convertidas 4.538.420.040 ações ordinárias e 4.125.836.400 ações preferenciais de sua propriedade para compor 82.516.728 Units/ADR (que equivalem a participação acionária no Banco Santander de 2,17%). Entre os meses de agosto a dezembro de 2010, a participação acionária detida pela SIH, sob a forma de ADR's, foi totalmente alienada, sendo 77.627.222 no terceiro trimestre e 4.889.506 no quarto trimestre.

(3) A Incorporação de Ações da Santander Seguros, acarretou participação recíproca entre o Banco Santander e a Santander Seguros, a qual será eliminada no prazo máximo de um ano contado da Assembleia Geral Extraordinária que aprovou e Incorporação de Ações, conforme previsto na regulamentação em vigor. (*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantêm 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

g) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

Em setembro de 2010, o Conselho de Administração aprovou a Política para Transações com Partes Relacionadas da Companhia, a fim de assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

Os principais saldos e resultados de transações são:

	2010		2009	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Disponibilidades	315.932	-	295.448	-
Banco Santander Espanha	315.203	-	294.539	-
Diversos	729	-	909	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	24.239.432	1.912.635	16.602.586	1.594.577
Aymoré CFI	20.066.804	1.869.827	15.282.350	1.543.283
Banco Santander Espanha	3.930.129	2.384	993.768	2.463
Diversos	242.499	40.424	326.468	48.831
Títulos e Valores Mobiliários	29.563.806	2.624.597	26.939.209	2.135.984
Santander Leasing	29.563.806	2.624.597	26.939.209	2.135.984
SB Leasing	-	-	-	294.562
ABN Leasing	-	-	-	241.835
Diversos	-	-	-	258
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(96.989)	(13.712)	(72.941)	(459.003)
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux)	(118.521)	32.111	(66.259)	(320.972)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana)	26.450	(86.572)	5.739	(182.833)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury)	(33.076)	14.737	(24.028)	(2.836)
Diversos	28.158	26.012	11.607	47.638
Dividendos e Bonificações a Receber	484.614	-	265.588	-
Santander Seguros	248.505	-	187.504	-
Santander Leasing	44.508	-	47.422	-
Aymoré CFI	63.485	-	-	-
Diversos	128.116	-	30.662	-
Negociação e Intermediação de Valores	294.000	-	251	-
Santander Benelux	258.261	-	-	-
Abbey National Treasury	18.817	-	-	-
Banco Santander Espanha	16.922	-	251	-
Carteira de Câmbio - Líquida	26.756	367	35.967	66.278
Banco Santander Espanha	26.756	367	35.967	66.278
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	85.014	269.548	393.385	2.563.889
Santander Seguros	68.844	38.513	375.215	-
Santander Capitalização	2.295	35.414	4.021	31.329
Aymoré CFI	-	107.885	-	14.375
Banco Santander Espanha	308	16.755	102	114.004
Santusa Holding, S.L.	-	-	-	2.360.208
Diversos	13.567	70.981	14.047	43.973
Outros Créditos - Diversos	161.908	69.811	107.972	17.890
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company (Brazil Foreign)	131.699	-	106.749	-
Banco Santander Espanha	26.745	57.227	-	15.990
Aviación Antares, A.I.E.	-	9.449	-	-
Diversos	3.464	3.135	1.223	1.900
Depósitos	(38.227.893)	(3.366.791)	(34.003.663)	(2.801.601)
Santander Leasing	(25.065.375)	(2.160.130)	(20.728.417)	(1.285.645)
Aymoré CFI	(9.137.666)	(1.012.853)	(11.450.555)	(724.792)
Banco Madasant - Sociedade Unipessoal, S.A.	(1.857.963)	(25.143)	-	-
SB Leasing	-	-	-	(282.089)
ABN Leasing	-	-	-	(258.784)
Diversos	(2.166.889)	(168.665)	(1.824.691)	(250.291)
Operações Compromissadas	(2.666.808)	(116.044)	(771.795)	(47.882)
Fundo de Investimento Santillana	(198.165)	(16.166)	(192.139)	(7.922)
Santander CCT	-	(1.054)	(80.879)	(685)
Real CHP S.A.	(55.694)	(5.257)	(57.917)	-
Webmotors S.A.	(42.071)	(3.240)	(29.990)	(3.016)
SB Consórcio	(135.170)	(10.887)	(96.953)	(5.217)
Isban Brasil S.A.	(89.162)	(8.656)	(112.134)	(4.337)
Fundo de Investimento Multimercado Menorca Crédito Privado (Fundo de Investimento Menorca)	-	-	(106.490)	-
Produban Informática	(39.188)	(2.663)	(43.138)	(3.053)
Santander Fundo de Investimento Financeiro Renda Fixa	(1.038.101)	(38.226)	-	-
Santander Leasing	(1.000.000)	(16.841)	-	-
Diversos	(69.257)	(13.054)	(52.155)	(23.652)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(2.246.027)	(153.476)	(3.288.502)	(179.007)
Banco Santander Espanha	(2.167.452)	(145.943)	(2.741.696)	(166.851)
Abbey National Beta Investments Limited (Abbey National Beta)	-	(7.415)	(387.616)	(1.869)
Diversos	(78.572)	(118)	(159.190)	(10.287)
Dividendos e Bonificações a Pagar	(1.704.884)	-	(1.288.556)	-
Sterrebeck B.V.	(976.922)	-	(730.728)	-
Grupo Empresarial Santander, S.L.	(726.925)	-	(537.312)	-
Diversos	(1.037)	-	(20.516)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(9.207)	(183.837)	(11.036)	(169.895)
Produban Informática	-	(109.010)	-	(99.343)
Isban Brasil S.A.	(228)	(50.320)	-	(42.061)
Microcrédito	(2.258)	(20.961)	(1.593)	(19.283)
Banco Santander Espanha	(6.044)	(485)	(8.755)	(700)
Diversos	(677)	(3.061)	(688)	(8.508)
Outras Obrigações - Diversas	(1.708.023)	(75.885)	(3.038.807)	(360.260)
Banco Santander Espanha	-	41.209	(1.667.219)	(197.147)
Brazil Foreign	(1.708.023)	(48.879)	(1.371.588)	(52.285)
Ingeniería de Software Bancario, S.L. (Ingeniería)	-	(19.722)	-	(20.689)
Santander Investment Securities Inc.	-	-	-	(44.757)
Diversos	-	(48.493)	-	(45.382)

26. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	2010		2009	
	Receitas de Prestação de Serviços		Receitas de Prestação de Serviços	
Operações de Crédito	5.118.165		3.963.143	
Comissões de Seguros	182.439		302.673	
Administração de Fundos	977.520		720.276	
Cartões de Crédito	971.671		712.296	
Serviços de Conta Corrente	1.290.598		928.667	
Serviços de Corretagens e Colocação de Títulos	305.103		282.477	
Serviços de Recebimentos	156.589		137.756	
Cobrança	401.645		339.094	
Convênios e Arrecadações	107.450		97.374	
Garantias Prestadas	248.187		203.648	
Outras	476.963		238.882	
Rendas de Tarifas Bancárias	1.769.354		1.487.663	
Conta Corrente e Pacote de Tarifas	1.312.073		1.051.927	
Operações de Crédito	455.131		433.481	
Outras	2.150		2.255	
Total	6.887.519		5.450.806	

27. Despesas de Pessoal

	2010		2009	
	Remuneração		Remuneração	
Encargos	2.714.527		2.199.068	
Benefícios	1.126.878		938.731	
Treinamento	846.453		642.742	
Outras	92.391		83.329	
Outras	4.265		5.125	
Total	4.784.514		3.868.995	

28. Outras Despesas Administrativas

	2010		2009	
	Depreciações e Amortizações (1)		Depreciações e Amortizações (1)	
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	4.203.274		3.814.628	
Comunicações	1.655.221		1.460.144	
Processamento de Dados	562.788		536.444	
Propaganda, Promoções e Publicidade	979.209		816.973	
Aluguéis	335.339		464.618	
Transportes e Viagens	456.336		383.331	
Serviços do Sistema Financeiro	367.666		280.872	
Segurança e Vigilância	201.197		305.832	
Manutenção e Conservação de Bens	300.375		230.674	
Água, Energia e Gás	175.608		142.328	
Material	143.708		116.478	
Outras	97.823		78.482	
Outras	260.866		212.245	
Total	9.739.410		8.843.249	

(1) Inclui amortização de ágio no valor de R\$3.135.319 (2009 - R\$2.808.885) (Nota 17).

29. Despesas Tributárias

	2010	2009
Despesa com Cofins	1.175.417	1.071.907
Despesa com ISS	313.488	260.626
Despesa com PIS/Pasep	191.005	174.195
Outras	404.371	301.277
Total	2.084.281	1.808.005

30. Outras Receitas Operacionais

	2010	2009
Atualização de Depósitos Judiciais	298.158	357.459
Recuperação de Encargos e Despesas	429.786	372.864
Reversão de Provisões Operacionais	-	-
Fiscais (Nota 22.c)	-	80.170
Outras	439.863	26.645
Varição Monetária Ativa	13.663	10.611
Dividendos e Bonificações	338.090	218.616
Avaliação do Valor Recuperável	3.213	-
Outras	148.925	239.015
Total	1.671.698	1.305.580

31. Outras Despesas Operacionais

	2010	2009
Provisões Operacionais		



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela SantanderPrevi: plano de assistência médica aos aposentados da SantanderPrevi é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 30% do custo do plano básico por parte da patrocinadora, devido apenas aos assistidos que entraram em gozo de benefícios até 31 de dezembro de 2002. O custeio é feito de forma direta pelo patrocinador.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): plano de assistência médica referente aos ex-empregados do Banco Real é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 90% do custo do plano básico por parte da patrocinadora.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica aos aposentados pelo plano da Bandeprev oferece benefício vitalício, cuja responsabilidade é do Banco Santander, cobertura de 50% para os empregados aposentados até a data em que ocorreu a privatização do patrocinador Banco Bandepe e cobertura de 30% para os empregados aposentados e que vierem a se aposentar após a data que ocorreu a privatização.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): benefício vitalício de assistência médica para os ex-diretores do extinto Banco Sudameris Brasil S.A., oferecido a quem exerceu a função de diretor do Banco Sudameris Brasil S.A., por período igual ou superior a 10 anos (massa fechada).

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): consiste em uma apólice de seguro de vida para o grupo de ex-empregados do Banco Real. Em caso de falecimento do participante, seu dependente recebe o Capital Segurado e em caso de falecimento do cônjuge, o titular recebe 50% dessa quantia. O Banco Santander subsidia 45% do prêmio total (massa fechada).

Clínica Grátis: plano de assistência médica "clínica grátis" é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com participação financeira do usuário no custeio do plano. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria.

Plasas: plano de saúde com participação facultativa, instituído em 1 de julho de 1989, complementar ao plano de assistência médica, e somente para casos de internação hospitalar. Possui uma reserva constituída pelas contribuições dos próprios participantes e da Fasass, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O plano encontra-se fechado a novas adesões desde julho de 1999.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência do seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

	2010		2009	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	3.928.315	342.329	3.595.279	270.279
Valor Justo dos Ativos do Plano	(4.018.263)	(108.799)	(3.581.040)	(102.410)
Ajustes por Diferimentos Permitted (não Reconhecidos):				
- Perdas Atuariais e Outros Diferimentos Permitted	-	(10.099)	(163.934)	(5.314)
- Ganhos Atuariais	-	29.591	-	54.449
Valor não Reconhecido como Ativo	89.948	90.055	149.695	84.703
Passivo (Ativo) Atuarial Líquido em 31 de Dezembro ^{(1) (2)}	-	343.077	-	301.707
Passivo Atuarial Líquido Provisionado em Dezembro de 2009	-	-	-	301.707
Contribuições Eletuadas	38.627	15.168	37.496	6.063
Despesas Reconhecidas	(39.015)	(56.356)	-	(29.804)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos dos Planos	569.999	6.637	898.748	10.634

⁽¹⁾ O superávit apresentado não foi considerado nas demonstrações financeiras.

⁽²⁾ Ajustados para fins de comparabilidade conforme requerido na Deliberação CVM 600/2009.

c) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui dois programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações, o Programa Global e o Programa Local. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

c.1) Programa Local

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). As características de cada plano são:

Plano SOP: Plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano PSP: Plano de Remuneração baseado em ações liquidado em dinheiro, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O valor mínimo correspondente a 50% da remuneração liquidada em dinheiro, deverá ser utilizado para aquisição de Units pelo participante, as quais não poderão ser alienadas durante o prazo de 1 ano, a partir da data de exercício.

c.1.1) Valor Justo para SOP e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos SOP e PSP foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que apresentamos os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir:

Posição RTA	Retorno Total ao Acionista (RTA)			Ano	Lucro Líquido	Percentual de Ações a serem Exercidas, dada a Probabilidade de Ocorrência
	% de Ações Passíveis de Exercício	Probabilidade de Ocorrência				
1 ^o	50%	0,00%		2009		10,00%
2 ^o	35%	0,02%		2010		7,15%
3 ^o	25%	95,75%		2011		4,86%
4 ^o	0%	4,23%	Acumulado			15,03%

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas, baseadas no método binomial:

Volatilidade	57,37%
Taxa de Dividendos - Plano SOP	5,43%
Período de "Vesting" - Plano SOP	2,72 anos
Momento "Médio" de Exercício - Plano SOP	3,72 anos
Taxa Livre de Risco - Plano SOP	11,18%
Probabilidade de Ocorrência - Planos SOP e PSP	60,93%
Valor Justo para Ações - Plano SOP	R\$7,19
Preço Médio das Ações SANB11 nos Últimos 15 dias Anteriores a 31/12/2010 - Plano PSP	R\$21,90

Em 2010, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$20.145, referentes ao plano SOP e R\$6.191, referentes ao plano PSP.

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2009	Quantidade de Units	Preço de Exercício em reais	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Opções Concedidas (Plano SOP)	15.500.000	23,50	2010	Executivos	03/fev/10	30/jun/14
Opções Concedidas (Plano PSP)	1.471.475	-	2010	Executivos	03/fev/10	30/jun/12
Opções Canceladas (Plano SOP)	(2.877.141)	23,50	2010	Executivos	03/fev/10	30/jun/14
Opções Canceladas (Plano PSP)	(179.802)	-	2010	Executivos	03/fev/10	30/jun/12
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	13.914.532					
Plano SOP	12.622.859	23,50	2010	Executivos	03/fev/10	30/jun/14
Plano PSP	1.291.673	-	2010	Executivos	03/fev/10	30/jun/12
Total	13.914.532					

c.2) Programa Global

(i) Plano I-06

Em 2004, o Banco Santander estabeleceu um plano de incentivo de longo prazo para seus executivos (I06), correlacionado ao cumprimento de duas metas em relação às ações do controlador: valorização da cotação das ações e o crescimento do lucro por ação. As condições para a percepção dos rendimentos foram atendidas sendo que a remuneração variável foi realizada entre 15 de janeiro de 2008 e 15 de janeiro de 2009, a um preço de R\$9,09 por opção de ação.

(ii) Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas. Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Conglomerado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculadas a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12 e PI13).

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (BPA). Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

Para o 4^o Ciclo, está relacionado somente 1 parâmetro de performance, que tem 100% de peso na porcentagem de ações a serem distribuídas: o RTA do Grupo.

c.2.1) Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI09	PI10	PI11	PI12
Volatilidade Esperada ⁽¹⁾	16,25%	15,67%	19,31%	42,36%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,23%	3,24%	3,47%	4,88%
Taxa de Juros Sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	4,47%	4,50%	4,84%	2,04%

⁽¹⁾ Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LTA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2007	Quantidade de Ações	Preço de Exercício em Euros	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Opções Exercidas (PI06)	(4.657.550)	9,09	-	Executivos	15/jan/08	15/jan/09
Opções Concedidas (PI11)	2.311.231	-	2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2008	5.650.368					
Opções Canceladas (PI06)	(1.261.450)	9,09	-	Executivos	15/jan/08	15/jan/09
Opções Exercidas (PI09)	(681.767)	-	2007	Executivos	23/jun/07	31/jul/09
Opções Canceladas (PI09)	(152.565)	-	2007	Executivos	23/jun/07	31/jul/09
Opções Concedidas (PI12)	455.008	-	2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2009	4.009.594					
Opções Exercidas (PI10)	(1.161.014)	-	2007	Executivos	23/jun/07	31/jul/10
Opções Canceladas (PI10)	(82.341)	-	2007	Executivos	23/jun/07	31/jul/10
Opções Concedidas (PI12)	86.198	-	2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
Opções Concedidas (PI13)	597.811	-	2010	Executivos	1/jul/10	31/jul/13
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2010	3.450.248					
PI11	2.311.231	-	2008	Executivos	21/jun/08	31/jul/11
PI12	541.206	-	2009	Executivos	19/jun/09	31/jul/12
PI13	597.811	-	2010	Executivos	1/jul/10	31/jul/13
Total	3.450.248					

Em 2010, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$13.787 (2009 - R\$18.563), referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global. Estes valores incluem as despesas "pro rata" dia do PI10, que teve seu último ciclo encerrado em julho de 2010.

d) Bônus Referenciado em Ações

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de bônus referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Santander no Brasil. Esta nova política, com os ajustes aplicável ao Santander no Brasil, será submetida para apreciação do Comitê de Nomeação e Remuneração, na reunião a ser realizada em 1 de fevereiro de 2011, e para deliberação do Conselho de Administração na reunião a ser realizada em 02 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de gratificação em dinheiro, de parte da remuneração variável devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de bônus referenciado em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em Assembleia Geral Ordinária do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

O plano não causará diluição do capital social do Banco Santander, uma vez que não é atribuída aos participantes a condição de acionista da companhia, nem qualquer outro direito ou privilégio inerente a tal condição.

Considerando as evidências de provável desmonte de caixa nas condições do plano e com base em estimativas confiáveis, em dezembro de 2010, foram registradas despesas no valor de R\$48.544, referente a provisão do Bônus Referenciado em Ações.

35. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander opera de acordo com políticas globais, enquadradas na perspectiva de risco tolerado pelo Grupo Santander na Espanha, alinhado aos objetivos no Brasil e no mundo, levando em consideração as instruções do Conselho de Administração e de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Na condução de suas operações, o Conglomerado Santander está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter uma rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira.

- Risco de mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

- Risco operacional é o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, sistemas, pessoas e/ou de exposição a eventos externos e interrupções de atividades. A gestão e controle do risco operacional buscam a eficácia do sistema de Controles Internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional e a continuidade de negócios.

- Risco de compliance é definido como risco legal, ou de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentações, códigos de conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem enfoque proativo ao risco de conformidade, com a monitoria, educação e comunicação.

- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público. O gerenciamento de risco de reputação é realizado através do envolvimento responsável no negócio certo, com os clientes certos.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é Baseada nos Seguintes Princípios:

- Envolvimento da Alta Direção: se dá pela participação dos altos executivos nas decisões de crédito, inclusive do presidente, nos comitês de riscos;
- Independência da Função de Riscos em relação ao negócio: na estrutura organizacional, a função de riscos é representada por uma vice-presidência, independente da área de negócios, que se reporta diretamente à presidência, sendo isso fundamental para que se tenha independência e autonomia na visão e controle de riscos;

- Decisões colegiadas: riscos possui uma estrutura de governança/comitês que garante que as decisões sejam colegiadas e não exclusivamente individuais;
- Consenso: é o alinhamento nas tomadas de decisão de crédito entre as áreas de negócio e riscos, visando atingir os objetivos do Grupo Santander Espanha;
- Definição de atribuições: o Mapa de Gestão de Riscos define os papéis e responsabilidades, abrangendo todos os tipos de riscos;

- Mensuração do risco: para que se possa tomar decisões que proporcionem o melhor risco versus retorno;
- Limitação de exposição aos riscos: é o estabelecimento do apetite do Grupo Santander Espanha para os diversos tipos de risco (crédito, mercado, liquidez, entre outros), de forma a proteger os ativos da organização;
- Estabelecimento de políticas e procedimentos de riscos: devem estar devidamente documentados e divulgados, para que sejam seguidos no dia a dia pela organização;
- Definição e avaliação de Metodologias de Riscos: As metodologias de riscos definem os modelos internos de gestão aplicados pelo Banco Santander, estabelecendo as medidas de risco, precificação de produtos, construção de curvas de taxas e séries de dados de mercado e consumo de capital em função do risco.

Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura do Comitê de Riscos do Banco Santander é definida conforme os padrões corporativos e possui as seguintes responsabilidades desenvolvidas em suas reuniões semanais:

- Assegurar que as políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos;
- Autorizar as ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Grupo Santander Espanha;
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções;
- Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos demais níveis da administração e definir os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Risco, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. A função de riscos no Banco Santander é executada através da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócios tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico, e reporta-se diretamente ao presidente do Banco Santander e ao responsável de Riscos do Banco Santander.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em:

- Estrutura de metodologia e controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos. Essa estrutura é formada por diversas unidades organizadas por tipo de risco (risco de solvência, risco de mercado e metodologia).

- Estrutura de negócios, centrada na performance e na integração da função de gestão de riscos do Banco Santander nos negócios do varejo, atacado (Empresas, Corporate e GB&M), recuperação de crédito e risco sócio-ambiental. Adicionalmente, há a estrutura de Gestão, Governança e Planejamento de Riscos, que deve garantir, entre outros pontos, o funcionamento adequado do modelo organizacional de riscos com suas funções e responsabilidades, do modelo de governança (comitês) e a existência de um marco normativo, adaptado aos requisitos regulatórios locais e corporativos.

Gerenciamento de Risco de Crédito

O Banco Santander desenvolve políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito com o apoio de diversas áreas de negócios, responsáveis por garantir que haja adequada validação dos sistemas e procedimentos internos utilizados para a gestão do risco de crédito. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, em nível individual ou por agregado de operações semelhantes.

A especialização da função de riscos do Banco Santander baseia-se no tipo de cliente, sendo o processo de gestão de riscos segmentado da seguinte forma:

- Clientes individualizados/Carterizados: inclui clientes de Banco de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas do Varejo. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido, basicamente, por conta do risco assumido e complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.
- Clientes com características similares (Estandarizado): incluem pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco; são procedimentos aplicados pelo Banco Santander para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com a normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco Santander é caracterizado por uma diversificação dos clientes e pelo grande volume de operações de varejo. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

a) Modelos de Rating

O Banco Santander usa modelos próprios de rating internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como carteiras de baixa probabilidade de inadimplência. Os ratings são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

A classificação das operações de crédito em diferentes categorias é feita de acordo com os critérios de situação econômico-financeira e outras informações cadastrais, efetiva diminuição de risco na operação e atrasos no cumprimento das obrigações financeiras nos termos acordados. Novas modalidades de operação são submetidas à avaliação de risco de crédito, assim como à verificação e adequação aos controles adotados por esta instituição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

36. Outras Informações

- a) As cobrições e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$22.563.112 (2009 - R\$20.967.370).
- b) O valor total do patrimônio líquido dos fundos de investimento sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$111.338.357 (2009 - R\$98.407.143) e o total do patrimônio líquido dos fundos de investimento administrados é de R\$120.903.629 (2009 - R\$111.674.754).
- c) Os seguros contratados pelo Banco Santander vigentes em 31 de dezembro de 2010 e 2009, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.349.209 (2009 - R\$1.349.209) e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura de R\$204.423 (2009 - R\$204.423), podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.
- d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	2010		2009	
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
Operações Ativas Vinculadas				
Operações de Crédito	21.453	3.848	43.209	3.144
Operações por Operações Ativas Vinculadas				
Depósitos	(21.453)	(3.844)	(43.209)	(3.098)
Resultado Líquido		4		46

Existem operações inadimplentes, bem como questionamentos judiciais sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - O Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possui essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto com a contraparte.

f) Outros Compromissos - O Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro de 2010 é de R\$1.416.299, sendo R\$436.334 em até 1 ano, R\$901.145 entre 1 a 5 anos e R\$78.820 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$2.693 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa foram no valor de R\$455.326.

Os contratos de aluguel mensais serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, sem o pagamento de qualquer multa, ônus ou penalidade, mediante simples comunicação escrita ao locador com antecedência mínima de trinta dias, sem prejuízo do pagamento do aluguel e encargos até então vencidos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE	VICE-PRESIDENTE	CONSELHEIROS	CONSELHEIROS INDEPENDENTES
Marcial Angel Portela Alvarez	Fabio Colletti Barbosa	José Antonio Alvarez Alvarez José Manuel Tejon Borrajo José de Paiva Ferreira José de Menezes Berenguer Neto	Celso Clemente Giacometti José Roberto Mendonça de Barros Viviane Senna Lalli

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Fabio Colletti Barbosa

Diretores Vice-Presidentes Executivos Seniores

José de Menezes Berenguer Neto	José de Paiva Ferreira
--------------------------------	------------------------

Diretores Vice-Presidentes Executivos

Angel Oscar Agallano Carlos Alberto López Galán	Fernando Byington Egidio Martins Gustavo José Costa Roxo da Fonseca	Ignacio Dominguez-Adame Bozzano * João Roberto Gonçalves Teixeira	Lilian Maria Ferezim Guimarães Oscar Rodriguez Herrero	Pedro Paulo Longuini
--	--	--	---	----------------------

Diretores Executivos

Arnaldo Penteado Laudisio José Roberto Machado Filho	Luciane Ribeiro Luis Felix Cardamone Neto	Marco Antônio Martins de Araújo Filho Marcos Matoli de Souza Vieira	Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva Pedro Carlos Araújo Coutinho	Wagner Augusto Ferrari
---	--	--	---	------------------------

Diretores sem Designação Específica

Alexandre Schwartzman Amancio Acúrcio Gouveia André Fernandes Berenguer Antonio Pardo de Santayana Montes Carlos Leibowicz Cassius Schymura Claudio Almeida Prado Ede Ilson Viani	Eduardo Müller Borges Flávio Tavares Valadao Gilberto Duarte de Abreu Filho Gustavo Summers Albuquerque Jamil Habibe Hamouche João Guilherme de Andrade So Consiglio Jose Alberto Zamorano Hernandez** Juan Colas de Casso*	Luis Alberto Cilon Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior Luiz Felipe Taunay Ferreira Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho Marcelo Malanga Marcelo Zerbinatti Marcio Aurelio de Nobrega Marco André Ferreira da Silva	Marcos Adriano Ferreira Zoni Maria Eugénia Andrade Lopez Santos Mauro Siequeroli Miguel Angel Albero Ocerin * Nilo Sérgio Silveira Carvalho Ramon Camino Puig Carbo** Ramón Sanchez Diez Reginaldo Antonio Ribeiro	Roberto Correa Barbuti Roberto de Oliveira Campos Neto Ronald Yassuyuki Morimoto Sérgio Gonçalves Ulisses Gomes Guimarães Wilson Luiz Matar
--	--	--	---	--

* Posse pendente de obtenção de visto permanente.

** Eleição pendente de homologação pelo Banco Central.

Contador

Fabio Ribeiro - CRC 1SP 174714/O-4

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

São Paulo, 2 de fevereiro de 2011

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna

Contador

CRC nº 1 SP 120424/O-8

Deloitte.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Santander) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A., instituição líder do conglomerado, em 23 de março de 2007, após a aprovação, pela Comissão de Valores Mobiliários, de sua transformação em companhia aberta. O Comitê de Auditoria do Santander atua como único, por intermédio da instituição líder, para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive, para as sociedades seguradoras e de capitalização. Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço www.n.santander.com.br, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente, e da efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. O Comitê de Auditoria recomenda a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário. As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Administração, das auditorias, interna e independente, e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais.

O Comitê de Auditoria é composto de quatro membros independentes eleitos no RCA de 23 de março de 2010. Um dos membros é também membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil).

O Comitê de Auditoria atua através de reuniões e conduz análises, leituras e outros procedimentos necessários entre reuniões. Reuniu-se, formalmente, em setenta e cinco ocasiões durante o ano de 2010. No segundo semestre e em janeiro de 2011, foram quarenta e cinco reuniões para a condução dos seus trabalhos.

Adicionalmente, para cumprir com as atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria, a Coordenadora dedica tempo integral a essa função, além de participar como ouvinte do Comitê Executivo de Compliance e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, do Comitê Executivo de Riscos Operacionais, do Comitê de Compliance e Controles Internos - Asset Management, do Comitê Executivo de Produtos e do Comitê de Ouvidoria. O Comitê de Auditoria também acompanha os apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências tomadas. Durante o semestre manteve reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

Como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com a Diretoria Executiva e com diversos setores do Santander, aprofundando suas análises, ressaltando-se os seguintes: (i) sobre o processo de Integração Tecnológica em curso; (ii) com o Vice Presidente de Varejo para conhecimento da estratégia do Varejo e do processo de atualização e aprimoramento da qualidade do cadastro; (iii) com a Diretoria do Jurídico Contencioso visando uma atualização da evolução e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e adequado tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios, incluindo reunião com especialista externo; (iv) com o Jurídico de Negócios sobre assuntos societários e regulatórios e sobre transações com partes relacionadas; (v) com Finanças sobre o estágio do processo de implantação da Basiléia e testes intermediários efetuados; (vi) com o Vice Presidente do Atacado sobre a estratégia de negócios e projetos em curso; (vii) com o Vice Presidente de Risco de Crédito e Mercado, visando a atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento; e (viii) com a KPMG Corporate Finance para discussão dos laudos de avaliação que suportam os testes de impairment.

No tocante às atribuições do Comitê de Auditoria:

Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

Para verificação da conformidade com as Resoluções 2.554/1998 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos, direcionados à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais, o Comitê de Auditoria manteve reuniões com a Diretoria Executiva de Riscos Operacionais, principal instância responsável pela implementação e disseminação da cultura e da infra-estrutura, e outras áreas envolvidas no processo. O Comitê de Auditoria acompanhou, ainda, as denúncias de fraudes e erros, canalizadas na área de Riscos Operacionais.

Comitê de Auditoria

São Paulo, 2 de fevereiro de 2011

Celso Clemente Giacometti
Paulo Roberto Simões da Cunha - Especialista FinanceiroMaria Elena Cardoso Figueira - Coordenadora
Sérgio Darcy da Silva Alves

UM BANCO
ONDE A MOEDA
MAIS VALIOSA
É A CONFIANÇA.
VAMOS
FAZER JUNTOS?

Não dá para enxergar todos os nossos resultados só pelo balanço financeiro. Em nosso jeito de fazer negócios, todo mundo tem que sair ganhando: acionistas, clientes, funcionários, fornecedores e a sociedade. Trabalhando assim, aderimos ao Nível 2, um dos níveis diferenciados de governança corporativa, e nossas units passaram a fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial, ambos da BM&FBOVESPA. Agradecemos a confiança de todos os que já estão junto com a gente, e convidamos você também.

Acesse santander.com.br e vem junto.



VALORIZANDO IDEIAS
POR UMA VIDA MELHOR